

VIOLAÇÕES À LIBERDADE DE EXPRESSÃO

RELATÓRIO ANUAL 2020



Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão

© 2021 ABERT

Realização

Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – ABERT

Pesquisa

Teresa Azevedo
Bites Análise de Dados

Análise

Cristiano Lobato Flores
Teresa Azevedo

Redação e Edição

Teresa Azevedo

Projeto Gráfico e Editoração

Frisson Comunicação

Qualquer parte deste relatório pode ser reproduzida, desde que citada a fonte.

Disponível também em: www.abert.org.br



Uma imprensa
livre pode ser
boa ou ruim,
mas certamente
sem liberdade, a
imprensa será
sempre ruim.



Albert Camus

PRÊMIO NOBEL DE LITERATURA/1957



SUMÁRIO

PALAVRA DO PRESIDENTE **6**

PANORAMA DA VIOLÊNCIA CONTRA A IMPRENSA **9**

OS CRIMES CONTRA COMUNICADORES NO BRASIL **17**

ATAQUES VIRTUAIS **35**

ARTIGOS **41**

CASOS DE VIOLÊNCIA 2020 **49**



Flávio Lara Resende
PRESIDENTE DA ABERT

2020 foi um ano marcado pela COVID-19. Nem mesmo o período de distanciamento social imposto pela crise sanitária mundial poupou a imprensa brasileira de ataques presenciais e virtuais.

Na tentativa de impedir o trabalho do jornalismo profissional, as agressões surgiram de todos os lados: desde acusações online aos confrontos físicos com o objetivo de intimidar os profissionais da comunicação na apuração de informações de relevante importância para o combate à doença.

2020 foi ainda um ano de eleições municipais, quando muitos atores da cena política brasileira promoveram ataques à imprensa, tentando levar um clima de desconfiança em relação à atividade jornalística.

Combater a imprensa livre e independente continua sendo a estratégia de grupos que lançam campanhas de difamação e ódio na internet e redes sociais.

Mais uma vez, em parceria com a BITES, uma das principais empresas de consultoria e monitoramento de dados digitais do país, a ABERT apresenta o Relatório sobre Violações à Liberdade de Expressão 2020.

Os números merecem atenção. Nas redes sociais, houve em média 6 ataques à imprensa por minuto. Intolerância e desconhecimento sobre seu papel são características de quem não aceita o contraditório.

Além das agressões virtuais diárias, mais um profissional da comunicação foi assassinado após denúncias de irregularidades em sua cidade. Também os casos de violência não letal voltaram a aumentar em relação ao ano anterior, o que mantém o Brasil nas piores posições nos rankings mundiais de liberdade de imprensa.

A ABERT volta a lembrar que toda e qualquer agressão a um único jornalista é inadmissível e coloca em risco a liberdade de imprensa no país.

A tarefa de apresentar uma visão crítica à sociedade sobre fatos de interesse público, com a devida checagem, é o antídoto às ameaças de intimidação ao trabalho da imprensa.



PANORAMA DA
VIOLÊNCIA

CONTRA A **IMPRENSA**

LIBERDADE DE IMPREENSA NO MUNDO

JORNALISMO: ATIVIDADE PERIGOSA ATÉ MESMO EM PAÍSES CONSIDERADOS PACÍFICOS

Em todo o mundo, 50 jornalistas foram assassinados, em 2020, por motivos relacionados ao exercício da profissão. Os dados da organização internacional Repórteres sem Fronteiras (RSF) chamam a atenção para o crescimento no número de profissionais mortos nos chamados países em "situação de paz".

De acordo com a RSF, a proporção de jornalistas mortos em áreas de guerra, a exemplo da Síria, ou em locais afetados por conflitos de baixa ou média intensidade, como o Iraque, foi de 32%. Isso quer dizer que mais de dois terços das execuções (68%) ocorreram em países em situação de paz, como o México, onde quatro jornalistas foram brutalmente assassinados.

Entre os países considerados mais seguros para o exercício da profissão, mais uma vez, a Noruega manteve o primeiro lugar no ranking mundial de liberdade de imprensa, seguido da Finlândia. Dinamarca, Suécia e Países Baixos também são classificados como bons exemplos de pluralismo, independência das mídias e transparência.

No outro extremo encontram-se a Eritreia, o Turcomenistão e a Coreia do Norte, que voltou à última posição, sendo considerado o pior entre 180 países analisados.

Por uma questão de critérios de análise, os números da RSF diferem dos 59 contabilizados mundialmente pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em 2020, e são igualmente preocupantes. Só na última década, 888 jornalistas foram executados.

No Brasil, 44 jornalistas entraram para esta triste estatística ao longo de 10 anos. A apuração da UNESCO revela ainda que 32 crimes permanecem sem qualquer desfecho, seja por não serem totalmente elucidados, seja por terem investigações em aberto. Uma dificuldade que não é exclusiva do nosso país.

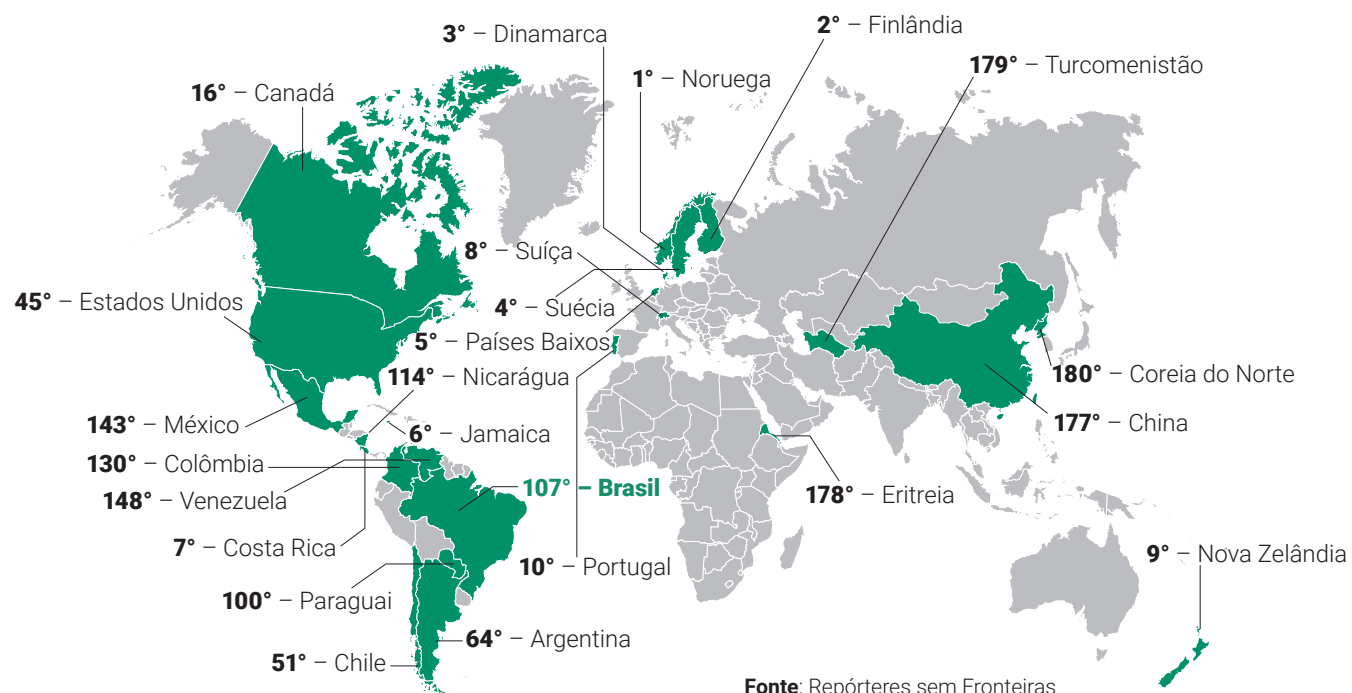
BRASIL

UM PAÍS “SENSÍVEL” PARA A IMPREENSA

Pelo estudo da RSF, o Brasil ocupa a 107ª posição no ranking mundial da liberdade de imprensa. A classificação é a pior desde o início da contagem, em 2002. A queda de duas posições em relação a 2019 (105º lugar) e de cinco no comparativo com 2018 (102º lugar) mostra que o país continua sendo particularmente violento para a imprensa e “sensível” para o exercício da profissão. Está atrás, por exemplo, de países sul-americanos como Chile (51º), Argentina (64º) e Paraguai (100º).

Diferentemente do Relatório da ABERT, a RSF considerou o assassinato do jornalista brasileiro Léo Veras nas estatísticas do Paraguai, e não do Brasil, pelo local onde aconteceu o crime: em Pedro Juan Caballero, fronteira com a sul-mato-grossense Ponta Porã. Veras era responsável pelo site policial Ponta Porã News, que produzia notícias da região da fronteira em português e espanhol. Crítico de autoridades locais, o jornalista publicava, com frequência, matérias com denúncias contra a atuação de milícias e o tráfico de drogas. Antes da execução, Veras sofreu ameaças de morte e temia pela própria vida e de sua família.

RANKING - LIBERDADE DE IMPRENSA NO MUNDO - 2020



Jornalismo em xeque

Ao longo de 2020, o jornalismo profissional teve um papel ainda mais importante na preservação da democracia e dos direitos humanos.

Em um ano em que a informação apurada e certificada foi fundamental, a imprensa brasileira teve que combater a desinformação. Tarefa difícil, que continua exigindo uma permanente vigilância.

Além de ter que reforçar a credibilidade do jornalismo profissional, com a apuração e checagem de centenas de notícias falsas e negacionistas sobre as medidas de segurança impostas pela COVID-19, a imprensa enfrentou ataques que vieram de todos os lados, com discursos de ódio e acusações de causar histeria e pânico pela divulgação de dados sobre infectados e mortos pela doença.

“Multifacetados, estes ataques à imprensa seguem uma estratégia cada vez mais bem estruturada de semear desconfiança no trabalho dos jornalistas, de destruir credibilidade e, gradualmente, construir a imagem de um inimigo comum. O objetivo implícito é evitar prestar contas à sociedade sobre o que as notícias trazem à tona, na tentativa de manter o controle do debate público”, afirma o diretor da RSF na América Latina, Emmanuel Colombié.

Mas nem mesmo as constantes tentativas de intimidação, ameaças e até agressões físicas, além do linchamento virtual, foram capazes de parar o jornalismo profissional, considerado serviço essencial no combate à pandemia, e que continua nas ruas, para levar à população brasileira, ainda em isolamento social, sua melhor produção: conteúdo de credibilidade.

BRASIL

VIOLAÇÕES À LIBERDADE DE IMPRENSA E DE EXPRESSÃO

Em 2020, mais um assassinato de jornalista relacionado ao exercício da profissão voltou a acontecer. Desde 2012, quando a ABERT começou a monitorar os casos de violações à liberdade de expressão no país, apenas em 2019 não houve qualquer registro desse tipo de crime. A morte de Léo Veras, em Pedro Juan Caballero, no Paraguai, mostra que a violência contra comunicadores não tem limites ou fronteiras.

Os casos de violência não letal apurados no período chegaram a 150, um aumento expressivo de 167,85%, e envolveram pelo menos 189 profissionais e veículos de comunicação, número 142,3% maior em relação a 2019.

Os dados do levantamento chamam ainda mais atenção pelo fato de as agressões, ofensas, ameaças e intimidações terem acontecido de forma presencial, quando a população deveria estar em casa, em isolamento social, por causa da pandemia de COVID-19.

Desta vez, as ofensas predominaram, representando 39,33% do total, seguidas das agressões físicas (26%).

Pela primeira vez, o Relatório da ABERT registrou um caso de sequestro, crime que merece toda a atenção da sociedade e das autoridades públicas. Da mesma forma que em 2019, os ataques virtuais têm um capítulo à parte, com uma análise sobre a descredibilização da imprensa.

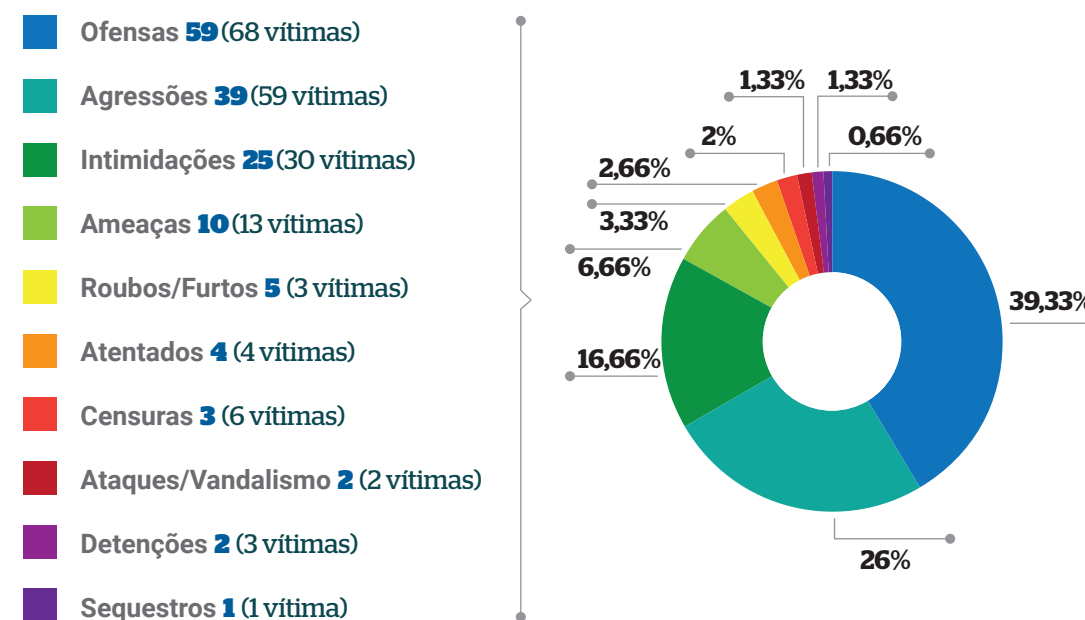
Uma nova apuração minuciosa, feita em parceria com a empresa de análise de dados para decisões estratégicas BITES, revelou que, em 2020, foram publicados nas redes sociais 2,9 milhões de posts com referências negativas sobre a imprensa, incluindo menções com expressões depreciativas. Profissionais e veículos de comunicação sofreram, diariamente, 7,9 mil ataques virtuais, o que representa quase 6 agressões por minuto. O número mostra uma redução de 9% em relação ao ano anterior, mas como afirma o diretor da BITES, Manoel Fernandes, "essa redução não foi proporcional ao benefício da informação de qualidade para a sociedade que o jornalismo profissional oferece".

Como nos relatórios anteriores, os dados sobre as decisões judiciais proferidas no Brasil não entram na contabilização de casos de violência não letal.

CASOS DE VIOLAÇÕES À LIBERDADE DE IMPRENSA E DE EXPRESSÃO NO BRASIL – 2020

VIOLÊNCIA NÃO LETAL

Fonte: ABERT





OS CRIMES CONTRA **COMUNICADORES** NO BRASIL

Para acessar os casos do
relatório, aponte o celular:





ASSASSINATOS

Meses antes de ser executado em Pedro Juan Caballero, cidade paraguaia que faz fronteira com Ponta Porã (MS), o jornalista brasileiro Léo Veras sentia que o pior poderia acontecer. Ele já havia denunciado à polícia as ameaças de morte que teria sofrido como represália ao seu trabalho. "Espero que não sejam tantos tiros para não estragar a pele", relatou à época a pessoas próximas.

Em fevereiro, pistoleiros executaram o comunicador com 12 tiros de pistola 9 mm. Os disparos começaram enquanto Veras jantava com a família no quintal de casa. Três homens armados invadiram a área em uma caminhonete branca e atiraram nas costas e na cabeça do profissional, que ainda tentou fugir.

No currículo do jornalista, décadas inteiras dedicadas à profissão, com denúncias que apontavam irregularidades em várias áreas. No site Ponta

Porã News, Veras publicava sempre notícias sobre a ação de facções, tráfico de drogas na região e com denúncias contra autoridades locais.

Uma longa investigação levou à prisão dez pessoas acusadas de envolvimento na execução. Três dos suspeitos eram brasileiros.







Desde 2012, ano em que a ABERT começou a monitorar os casos de violações à liberdade de imprensa e de expressão no Brasil, apenas em 2019 não houve registros de assassinatos de jornalistas relacionados ao exercício da profissão.

A execução de Léo Veras guarda semelhanças com os assassinatos registrados pela ABERT em anos anteriores: crime contra profissional do sexo masculino, com atuação nas áreas de polícia e política locais, em cidade distante dos grandes centros e com histórico de ameaças.

CASOS **1**

Vítimas **1**

PERFIL DOS ASSASSINATOS

 Região	Exterior (Fronteira entre Brasil e Paraguai)	1
 Sexo	Homem	1
 Cobertura	Cidades/Polícia/Política	1
 Veículo	Site	1
 Morte	Baleado	1
 Autores	Pistoleiros	1



ATENTADOS

Outra grave forma de violência contra os profissionais da comunicação, os atentados voltaram a ocorrer em 2020, após não haver registros no ano anterior.

Mostram mais uma face sombria das represálias ao trabalho jornalístico, em que comunicadores estão na mira de pessoas contrariadas com a divulgação de determinadas reportagens ou artigos.

Em comum, os quatro casos de 2020 envolveram homens. Boa parte dos profissionais é conhecida pela abordagem crítica em relação a assuntos da cidade onde vivem, de política e sobre denúncias de irregularidades que envolvem autoridades locais.

No dia 12 de dezembro, por exemplo, o radiologista Marco Antônio Ferreira, o "Marco Serelepe", teve o carro incendiado dentro da garagem de casa, em Araçatuba (SP). O apresentador da rádio Nova Brasil vinha recebendo ameaças por comentários sobre as eleições regionais. Ao longo do ano, ele também sofreu ataques virtuais por denunciar a realização de festas clandestinas em meio à pandemia do novo coronavírus.

No entanto, em metade dos casos registrados, disparos com armas de fogo tentaram intimidar a atuação desses profissionais. Todos os danos foram materiais. Em uma das situações, um jornalista foi esmurrado.

CASOS **4**

Vítimas **4**

PERFIL DOS ATENTADOS

 Região	Nordeste Norte Sudeste	BA (1) MA (1) AM (1) SP (1)
 Sexo	Homem	4
 Cobertura	Cidades Política	2 2
 Veículo	Rádio TV	2 2
 Autores	Desconhecido	4



AGRESSÕES

Na pandemia do novo coronavírus, a imprensa foi reconhecida como serviço essencial no combate à COVID-19. Diariamente, nas ruas, centenas de profissionais levaram informação à população em isolamento social. Um desafio a mais.

Apesar das orientações sanitárias de respeito ao distanciamento social, no ano em que as pessoas deveriam estar em casa, o número de casos de agressões físicas, consideradas a forma de violência não letal mais comum contra a imprensa brasileira, superou os registrados em 2019. Foram 15 a mais, um aumento de quase 67,5%, com pelo menos 59 vítimas, quase o dobro do ano anterior.

Coberturas jornalísticas sobre a situação da doença no país e os números de casos de contaminados e mortos pela COVID-19 ganharam tensas proporções. Com tapas, socos, chutes e empurrões, os agressores tentaram impedir o trabalho jornalístico.

Em Minas Gerais, por exemplo, o cinegrafista Robson Panzera, da TV Integração, foi violentamente agredido por um empresário que tentou impedir a gravação de imagens para uma reportagem sobre o aumento no número de militares infectados pelo coronavírus. Panzera teve um dedo da mão fraturado, após ser atacado pelo homem com o tripé da câmera.

Ânimos exaltados também durante a cobertura eleitoral. Políticos e populares desrespeitaram as normas de distanciamento e partiram para cima da imprensa, nas várias manifestações que aconteceram em todo Brasil.

Mais uma vez, a região Sudeste se mostrou a mais arriscada para os comunicadores, seguida da região Sul. Profissionais de TV do sexo masculino foram os principais alvos das agressões. Dos 59 agredidos, 47 eram homens.

CASOS
39
Vítimas
59 (pelo menos)

PERFIL DAS AGRESSÕES

Região	Sudeste	SP (9) RJ (4) MG (3) ES (1)
	Sul	RS (3) PR (2) SC (2)
	Centro-Oeste	DF (3) GO (1) MT (1) MS (1)
	Nordeste	PE (2) CE (1) PI (1) RN (1)
	Norte	AM (1) AP (1) PA (1) RR (1)
Sexo	Homem	47
	Mulher	12
Cobertura	Cidades	23
	Política	14
	Esportes	1
	Geral	1
Veículo	TV	21
	Site	12
	Jornal	9
	Rádio	5
	Freelancer	2
Tipo	Não especificado	1
	Socos, chutes, empurrões, tapas, arranhões e etc	21
	Outros	11
	Não especificado	3
	Cassetete	2
	Bomba de gás lacrimogêneo	1
	Enforcamento	1
Spray de pimenta	1	
Autores	Popular	13
	Policial/agente de segurança	8
	Manifestante	5
	Político/ocupante de cargo público	3
	Alvo de reportagem	2
	Parente	2
	Profissional de saúde	2
	Servidor público	2
	Comerciante	1
	Eleitor	1
Torcedor	1	

* Em alguns casos, o profissional trabalha em mais de um veículo

** Em alguns casos, houve mais de um agressor

*** Em alguns casos, houve mais de um tipo de agressão



AMEAÇAS

Tão graves quanto as agressões, as ameaças figuram entre os tipos de violência não letal mais comuns praticados contra a imprensa. O ato de ameaçar alguém, por palavras, gestos ou outros meios, mesmo que virtuais, é crime previsto no Código Penal.

Em 2020, houve 10 ameaças, o dobro de registros de 2019, com pelo menos 13 vítimas. Na maioria dos casos, os autores falavam em matar os alvos.

Em outra situação, uma rádio de Criciúma (PR) foi ameaçada de explosão porque os jornalistas que ali trabalham detalhavam, ao vivo, o plano de criminosos que invadiram uma agência bancária da cidade.

CASOS
10
Vítimas
13

PERFIL DAS AMEAÇAS

 Região	Sudeste	SP (5) RJ (1)
	Norte	PA (2)
	Centro-Oeste	DF (1)
	Sul	SC (1)
 Sexo	Homem	7
	Não especificado	3
	Mulher	3
 Cobertura	Cidades	3
	Geral	3
	Esportes	2
	Política	2
 Veículo	TV	5
	Site	4
	Jornal	3
	Rádio	1
 Tipo	Morte	5
	Agressão	2
	Assédio	1
	Explosão	1
	Não especificado	1
 Autores	Não identificado	4
	Alvo de reportagem	2
	Político	2
	Feirante	1
	Popular	1

* Em alguns casos, há mais de uma vítima

** Em alguns casos, a vítima trabalhava em mais de um veículo

*** Em alguns casos, a vítima não foi especificada



INTIMIDAÇÕES

Ao travar uma guerra contra a desinformação sobre os desdobramentos da crise sanitária de COVID-19, em vários momentos, a imprensa virou alvo de populares que tentaram prejudicar o trabalho jornalístico.

Invasões durante entradas ao vivo, buzinações e gritaria foram alguns dos artifícios usados para intimidar a atuação dos jornalistas.

Um dos casos mais emblemáticos e repudiáveis de intimidação teve como autores funcionários comissionados da Prefeitura do Rio de Janeiro, escalados para vigiar a porta de hospitais e clínicas, constrangendo e impedindo a atuação de jornalistas e a denúncia de cidadãos sobre problemas na saúde da capital fluminense. Os chamados "Guardiões do Crivella" eram orientados a gritar e ameaçar os profissionais da comunicação durante reportagens nas unidades municipais.

O grupo, que contava com a participação do então prefeito Marcelo Crivella e se organizava por mensagens de WhatsApp, foi identificado e teve o esquema desmontado justamente pela divulgação de matéria sobre o assunto.

O resultado das intimidações em 2020 está em números: 25 casos foram registrados, com pelo menos 30 jornalistas envolvidos, um aumento de 316,66% em relação a 2019, quando seis casos foram contabilizados.

Na maioria das ocorrências, as intimidações partiram de ocupantes de cargo público, de quem se espera, no mínimo, uma relação respeitosa com a mídia. Tratar a imprensa como "inimiga" da população e tentar cercear a liberdade de expressão com ameaças ou intimidações é também uma tentativa de fragilizar o direito do cidadão de ser informado sobre assuntos de interesse público.

CASOS

25

Vítimas

30 (pelo menos)

PERFIL DAS INTIMIDAÇÕES

	Região	Centro-Oeste	DF (12)
		Sudeste	RJ (5) SP (4) MG (1)
		Sul	PR (1) RS (1) SC (1)
	Sexo	Homem	15
		Não especificado	9
		Mulher	6
	Cobertura	Política	15
		Cidades	7
		Geral	3
	Veículo	TV	11
		Site	6
		Jornal	5
		Não especificado	4
		Rádio	1
		Revista	1
Freelancer	1		
	Tipo	Represália	9
		Grito	6
		Impedir trabalho	5
		Mensagem	3
		Constrangimento	2
	Autores	Político/ocupante de cargo público	11
		Popular	6
		Não identificado	2
		Alvo de reportagem	1
		Grevista	1
		Manifestante	1
		Policial/agente de segurança	1
		Servidor público	1
Trabalhador	1		

* Em alguns casos, houve mais de um autor da intimidação

** Em alguns casos, a intimidação foi a um veículo de comunicação

*** Em alguns casos, a intimidação foi a mais de um veículo de comunicação



OFENSAS

Canalhas, escória, lixo, ratazanas... Estes e outros termos pejorativos foram usados, durante todo o ano de 2020, para depreciar a atuação da imprensa.

Proferir palavras de baixo calão, xingar e até mesmo colocar em xeque o caráter e a credibilidade de profissionais da comunicação ganharam ainda mais força nas coberturas presenciais.

Além de populares, os protagonistas das ofensas foram políticos ou ocupantes de cargos públicos, com posturas deliberadamente hostis, destilando ódio e acusações falsas contra a imprensa.

Diante de ataques diários e da falta de segurança para o trabalho dos jornalistas, em maio de 2020, veículos de comunicação decidiram abandonar a cobertura em frente ao Palácio da Alvorada, em Brasília, palco de grande aglomeração de populares e da maioria das agressões verbais.

Foram registrados 59 casos de ofensas, envolvendo pelo menos 68 profissionais da imprensa, um aumento de 637,5% em relação a 2019, quando foram registrados 8 casos.







CASOS

59

Vítimas

68 (pelo menos)

PERFIL DAS OFENSAS

	Região	Centro-Oeste	DF (47)
		Sudeste	RJ (3) MG (2)
		Nordeste	BA (2) CE (1) PB (1)
		Sul	SC (1) PR (1) RS (1)
	Sexo	Não especificado	36
		Mulher	16
		Homem	16
	Cobertura	Política	51
		Cidades	6
		Geral	2
	Veículo	Não especificado	29
		Jornal	25
		TV	14
		Site	6
		Revista	2
		Rádio	1
	Tipo	Xingamento	43
		Conotação pejorativa	8
		Ofensa sexual	5
		Gesto inadequado	2
		Ofensa racial	1
		Depreciação	1
	Autores	Político/ocupante de cargo público	47
		Popular	9
		Alvo de reportagem	1
		Depoente	1
		Humorista	1
		Manifestante	1
		Não identificado	1
		Policial ou agente de segurança	1

* Em alguns casos, houve mais de um veículo de comunicação envolvido

** Em alguns casos, houve mais de um autor/vítima

*** Em alguns casos, a vítima trabalha para mais de um veículo



SEQUESTROS

Esta é a primeira vez, desde o lançamento do Relatório da ABERT, em 2012, que um caso de sequestro de um profissional da imprensa é registrado.

Em outubro, o jornalista Romano dos Anjos jantava com a mulher, também comunicadora, no momento em que foi rendido, em casa, por três homens. O carro dele foi usado pelos criminosos na fuga e acabou sendo incendiado às margens da BR-174, em Boa Vista (RR). O apresentador da TV Imperial, afiliada da TV Record, é popularmente

conhecido pelas coberturas política e policial, e foi encontrado, no dia seguinte ao sequestro, por uma pessoa que passava pela periferia rural da cidade. O jornalista estava com os pés e mãos amarrados, olhos vendados e ferimentos nos braços.

O sequestro é mais um crime que merece toda a atenção da sociedade e das autoridades públicas. É inaceitável tamanha violência física e psicológica contra qualquer cidadão, em especial, quando se trata de uma retaliação à atividade jornalística.

CASOS **1**

Vítimas **1**

PERFIL DO SEQUESTRO

	Região	Norte	RR (1)
	Sexo	Homem	1
	Cobertura	Geral	1
	Veículo	TV	1
	Autores	Desconhecidos	1



CENSURA

Tentativas de impedir a circulação de informações ou opiniões nada mais são do que censura. No Brasil, equipes de reportagem continuam enfrentando situações de cerceamento ao direito de informar.





Em 2020, três casos explícitos de censura foram registrados, uma redução de 40% em relação a 2019.

Em Mato Grosso, por exemplo, uma equipe da TV Centro América, afiliada da Rede Globo no estado, foi expulsa de uma cobertura jornalística após ser identificada por seguranças da Presidência da República. Outras equipes de reportagem tiveram a permissão de continuar no local.

CASOS **3**

Vítimas **6**

PERFIL DA CENSURA

	Região	Centro-Oeste Nordeste Norte	MT (1) CE (1) PA (1)
	Veículo	TV Rádio	2 1
	Tipo	Expulsão de cobertura	3
	Autores	Policial/agente de segurança Não especificado	2 1



ATAQUES/VANDALISMO





Duas rádios do Norte do país foram alvo de vandalos em 2020. Em ambos os casos, criminosos invadiram as emissoras e destruíram equipamentos como ar-condicionado, computadores, microfones e transmissores.

O registro de ataques, no entanto, foi 50% menor que o de 2019, quando houve quatro casos.

CASOS 2

Vítimas 2

PERFIL DOS ATAQUES/VANDALISMO

 Região	Norte	PA (1) TO (1)
 Tipo de alvo	Rádio	2
 Tipo de ataque	Incêndio Invasão com destruição de equipamentos	1 1
 Autores	Não identificados	2



DETENÇÕES

Em 2020, houve dois registros de detenções de profissionais da imprensa.

Três comunicadores foram abordados em duas situações distintas por policiais militares, enquanto apuravam informações para reportagens.

Em ambos os casos, os profissionais estavam identificados com o crachá de imprensa, não apresentaram qualquer resistência, e ainda assim foram detidos para prestar esclarecimentos.

CASOS 2

Vítimas 3

PERFIL DAS DETENÇÕES

 Região	Nordeste Sudeste	BA (1) SP (1)
 Sexo	Homem	3
 Cobertura	Policia Cidades	1 1
 Veículo	Revista Site	1 1
 Tipo de acusação	Não especificado	2
 Autores	Polícia	2



ROUBOS E FURTOS

Profissionais da imprensa foram alvo de roubos e furtos durante a cobertura jornalística. Em 2020, cinco casos foram registrados, um aumento de 400% em relação ao ano anterior. Em especial, as mulheres estiveram na mira dos criminosos.

A ousadia dos bandidos é ilimitada. Num dos casos, a repórter da CNN, Bruna Macedo, foi rendida por um homem com uma faca, durante entrada ao vivo. A maioria das situações aconteceu na região Sudeste.

CASOS
5
Vítimas
3 (pelo menos)

PERFIL DOS ROUBOS E FURTOS

	Região	Sudeste Sul	SP (3) RJ (1) RS (1)
	Sexo	Mulher	3
	Cobertura	Cidades Geral	4 1
	Veículo	TV Jornal Rádio	3 1 1
	Autores	Não identificados	5



DECISÕES JUDICIAIS

Pelo levantamento da ABERT, em 2020, houve 24 decisões judiciais proferidas, envolvendo profissionais e veículos de comunicação. O número total representa uma redução de 20% em relação a 2019, quando foram identificados 30 casos. Foram oito decisões favoráveis, 15 contrárias à imprensa e uma parcialmente acatada.

A judicialização do jornalismo tem o claro objetivo de tentar frear o trabalho da imprensa. Na maioria das situações, a Justiça determinou o pagamento de indenizações por danos morais aos autores das ações. A retirada do ar e a proibição de divulgação de matérias jornalísticas também dominaram os casos. Muitas delas denunciavam esquemas de corrupção em governos estaduais e escândalos envolvendo políticos, e foram questionadas em ações movidas pelos alvos das matérias.

Em um ano de pandemia, uma decisão importante permitiu o acesso da imprensa à lista de vítimas que deram entrada no Instituto Médico Legal de São Paulo, derrubando a tentativa do governo local de impedir a veiculação dos dados.

A instauração de processos em série contra um profissional ou empresa de comunicação, em

várias cidades, o chamado “assédio judicial”, foi mais uma vez verificado em 2020. Em Campinas (SP), o comentarista da TV Cultura, Ricardo Sennes, foi processado mais de 60 vezes por colecionadores de armas e caçadores, que moveram ações em 35 cidades depois que o comunicador emitiu opinião sobre a flexibilização das normas de posse de armamentos no país.

Para o juiz Roberto Chiminzano, as ações foram destinadas a “intimidar e causar despesas e incômodos”. Na sentença, os autores das ações foram enquadrados em litigância de má-fé e acabaram condenados a pagar uma indenização de R\$ 1,5 mil ao comentarista.

De acordo com a ABRAJI, a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo, “o uso do direito para perseguir críticos e calar jornalistas é inaceitável, mas instrumentalizar os JECs – Juizados Especiais Cíveis – é duplamente inadmissível, porque congestiona vias de acesso à Justiça destinadas aos brasileiros mais vulneráveis e perverte uma iniciativa em si mesma democrática”.

Como nos relatórios anteriores, as decisões judiciais não são contabilizadas na categoria de violência não letal.

PERFIL DAS DECISÕES JUDICIAIS

TIPO DE DECISÃO	DECISÃO
A favor da imprensa	8
Contra a imprensa	15
Parcialmente acatada	1



ATAQUES
VIRTUAIS

CONTRA A **IMPRENSA**



ATAQUES VIRTUAIS

Em 2020, a expressão Coronavírus entrou no dicionário dos brasileiros e da mídia nacional. A partir de março, quando a pandemia se transformou em um assunto de escala global, ocorreram em média 19 milhões de buscas mensais no Google Brasil em torno da palavra e 50% desse tráfego foi parar nas páginas dos 70 maiores veículos de comunicação do país, ressaltando a importância do bom jornalismo em tempos de crise.

Ainda assim, o trabalho dos jornalistas que foram às ruas em busca de informações para a população, mesmo sob o risco da COVID-19, continuou sendo atacado no universo digital.

De acordo com levantamento da BITES, empresa de análise de dados para decisões estratégicas, foram produzidos 42 milhões de posts sobre a mídia de natureza genérica (jornalismo, mídia, jornalista ou imprensa) no Twitter, nas fanpages do Facebook e em perfis públicos do Instagram. O número representa um aumento de 4% em relação a 2019, quando houve 40,3 milhões de menções à mídia.

No campo de referências negativas, incluindo menções com expressões depreciativas, como golpista, lixo, parcial, canalha e grande mídia, foram publicados nessas redes sociais 2,9 milhões de posts contra 3,2 milhões em 2019.

Apesar da queda de 9% em relação ao ano anterior, o levantamento aponta que a imprensa sofreu 7.945 ataques virtuais por dia, ou quase 6 agressões por minuto.

“Mesmo diante do papel humanitário da imprensa na pandemia, que precisava trazer as melhores informações para a sociedade, os ataques continuaram sem trégua. A energia utilizada para enfrentar fake news poderia ter sido canalizada para ajudar ainda mais o País no combate à COVID-19. Os negacionistas não permitiram”, afirma Manoel Fernandes, diretor da BITES.

Em 2020, os perfis e sites mais conservadores tiveram quase 50 milhões de interações em posts no Facebook e Instagram com expressões pejorativas em relação à mídia nacional, uma redução de 30,6% em relação a 2019.

As críticas depreciativas produzidas pela esquerda foram em menor volume, mas, ainda assim, o número é significativo: foram produzidas 296 mil interações, volume 29 vezes menor que as interações de perfis conservadores. Na maioria das vezes, o trabalho da mídia recebeu críticas com foco ainda no impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff e nas reportagens sobre o ex-juiz e ex-ministro Sergio Moro na Operação Lava Jato.

Um fato novo identificado é a expressão “Grande Mídia”, utilizada nos últimos anos de maneira pejorativa por parte de setores da esquerda para atacar o trabalho das empresas jornalísticas. Em 2020, a expressão deixou de ser exclusividade da esquerda e foi absorvida pelo espectro de sites e perfis conservadores.

A pesquisa completa da BITES pode ser acessada no link: escola.bites.com.br/abert.

Ataques Virtuais • 2020



42 milhões de conteúdos

COM A COMBINAÇÃO DAS PALAVRAS “MÍDIA”, “IMPrensa”, “JORNALISTA” E “JORNALISMO”



2,9 milhões de posts

CONTRA A IMPrensa, COM PALAVRAS DE BAIXO CALÃO, EXPRESSÕES PEJORATIVAS E DEPRECIATIVAS

Queda de 9% em relação a 2019

MESMO DIANTE DO PAPEL HUMANITÁRIO DA IMPrensa NA PANDEMIA, QUE PRECISAVA TRAZER AS MELHORES INFORMAÇÕES PARA A SOCIEDADE, OS ATAQUES CONTINUARAM SEM TRÉGUA. A ENERGIA UTILIZADA PARA ENFRENTAR FAKE NEWS PODERIA TER SIDO CANALIZADA PARA AJUDAR AINDA MAIS O PAÍS NO COMBATE À COVID-19. OS NEGACIONISTAS NÃO PERMITIRAM”.

MANOEL FERNANDES, DIRETOR DA BITES



MILHÕES DE POSTS
PEJORATIVOS/ANO



MIL
ATAQUES/DIA



ATAQUES/HORA

Quase 6 ataques/minuto

- **Perfis e sites mais conservadores: quase 50 milhões de interações expressões pejorativas em relação à mídia nacional**
 - **Redução de 30,6% em relação a 2019.**
- **Perfis e sites de esquerda: 296 mil interações**
- **Volume 29 vezes menor que as interações de perfis conservadores.**

COMPARAÇÃO COM ANOS ANTERIORES

COMPARAÇÃO / ANOS ANTERIORES

	Assassinatos	2020 2019 2018	1 (▲) 0 3
	Atentados	2020 2019 2018	4 (▲) 0 3
	Sequestros	2020 2019 2018	1 (▲) 0 0
	Agressões	2020 2019 2018	39 (▲) 24 39
	Intimidações	2020 2019 2018	25 (▲) 6 15
	Ameaças	2020 2019 2018	10 (▲) 5 19

COMPARAÇÃO / ANOS ANTERIORES

	Ofensas	2020 2019 2018	59 (▲) 8 16
	Ataques/vandalismos	2020 2019 2018	2 (▼) 4 16
	Censuras	2020 2019 2018	3 (▼) 5 0
	Detenções	2020 2019 2018	2 (▲) 1 0
	Roubos/furtos	2020 2019 2018	5 (▲) 1 0
	Decisões judiciais	2020 2019 2018	24 (▼) 30 26



ARTIGOS

Artigo **ABRAJI**

Uso do direito para perseguir críticos e calar jornalistas é inaceitável

Um dos maiores desafios para a liberdade de expressão e de imprensa em 2021 será enfrentar a instrumentalização do Judiciário para cercear a atividade jornalística, sobretudo a investigativa, que tende a perturbar pessoas ou instituições poderosas. O problema não é novo, mas nos últimos anos tais grupos têm abusado cada vez mais da lei para suprimir informação desabonadora a seu respeito ou calar seus críticos.

O uso do direito como arma de perseguição política é conhecido em inglês como *lawfare*, um termo que reúne as palavras *law* (lei) e *warfare* (guerra). Um acrônimo relacionado a *lawfare* e mais usado em questões relacionadas a direitos civis é SLAPP, ou *strategic lawsuit against public participation* (ação judicial estratégica

contra a participação pública). Ambos os conceitos envolvem o que em bom português brasileiro costumamos chamar de “chicanas”.

Uma das principais táticas de SLAPP ou *lawfare* é a instauração de processos judiciais sem qualquer mérito, com o objetivo de causar transtornos diversos a seus alvos, como o prejuízo financeiro relativo aos custos da constituição de advogados e outros gastos relacionados, os transtornos decorrentes da participação em audiências muitas vezes realizadas longe do local de trabalho e residência dos jornalistas, os danos à reputação profissional e o sofrimento psicológico, por exemplo. Ressalte-se que a consecução destes objetivos não depende de um resultado favorável para o reclamante no processo.

Em 2020, a Igreja Universal do Reino de Deus promoveu uma onda de ações contra o escritor João Paulo Cuenca, o qual publicou na rede social Twitter uma paráfrase do francês Jean Meslier como crítica à instituição religiosa. Repetindo a estratégia adotada contra a jornalista Elvira Lobato devido reportagens sobre as finanças e estrutura administrativa da igreja publicadas em 2007 na Folha de S. Paulo, mais de cem pastores iniciaram processos em Juizados Especiais Cíveis (JECs) contra o escritor. O comentarista da TV Cultura Ricardo Sennes também vem sofrendo assédio processual nos mesmos moldes, por um grupo de colecionadores de armas.

A escolha pelo rito nos JECs não é casual: criados no intuito de facilitar o acesso à justiça para tratar de causas de menor complexidade e compensar

a assimetria entre, por exemplo, consumidores e grandes corporações, o juizado especial permite recursos em poucas situações e obriga os réus dos casos mencionados acima a estarem presentes em audiências de conciliação Brasil a fora. Mesmo se provada a má fé, é raro que o reclamante seja sancionado pelo Judiciário, sobretudo quando uma instituição poderosa se esconde por trás de cidadãos comuns supostamente preocupados com princípios e valores caros à sociedade.

O uso do direito para perseguir críticos e calar jornalistas é inaceitável, mas instrumentalizar os JECs é duplamente inadmissível, porque congestiona vias de acesso à Justiça destinadas aos brasileiros mais vulneráveis e perverte uma iniciativa em si mesma democrática. A sociedade precisa tomar ações concretas para evitar esse tipo de abuso.

Marcelo Träsel

Presidente da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo – ABRAJI

Artigo REPÓRTERES SEM FRONTEIRAS

No ano da pandemia, autoridades públicas elegem o jornalismo como inimigo comum

Em 2020, a COVID-19 escancarou as principais tensões políticas, sociais e econômicas enfrentadas pela humanidade. Nesse contexto, o Brasil se tornou um exemplo mundial de incompetência e negacionismo na gestão da crise sanitária, que gerou efeitos catastróficos para a população. Com o caos instalado, o governo federal elegeu a imprensa como o grande inimigo a ser combatido. A postura abertamente hostil do governo Bolsonaro em relação a jornalistas e veículos de comunicação tornou-se marca registrada.

De janeiro a dezembro, o Presidente da República insultou, desmoralizou, estigmatizou e humilhou jornalistas em ao menos 103 ocasiões, de acordo com o levantamento realizado pela Repórteres sem Fronteiras (RSF). Ataques sistematicamente repercutidos e reproduzidos

por ministros, familiares que ocupam cargos eletivos e um exército de apoiadores. Testemunhamos verdadeiros linchamentos públicos nas redes sociais.

Multifacetados, estes ataques à imprensa seguem uma estratégia cada vez mais bem estruturada de semear desconfiança no trabalho dos jornalistas, de destruir credibilidade e, gradualmente, construir a imagem de um inimigo comum. O objetivo implícito é evitar prestar contas à sociedade sobre o que as notícias trazem à tona, na tentativa de manter o controle do debate público. A estratégia não é propriamente nova. A mesma cartilha já foi implementada pelo governo de Donald Trump, nos Estados Unidos, e por figuras como Viktor Orban, na Hungria, e Nicolás Maduro, na Venezuela.

No intuito de minimizar os efeitos do novo coronavírus, o governo federal brasileiro também promoveu desinformação no formato de teorias conspiratórias e pseudotratamentos contra-indicados pela comunidade científica. Ao mesmo tempo, fragilizou políticas de transparência, dificultando o acesso a dados públicos, em particular na área da saúde. Em resposta - e num ato inédito -, os maiores meios de comunicação do país formaram um consórcio para levantar diariamente, junto às secretarias estaduais, os números da pandemia e levá-los à população.

Ainda que não possamos falar necessariamente de uma censura de Estado no sentido clássico, fica evidente que as múltiplas estratégias mobilizadas em 2020 pelo governo Bolsonaro configuram uma censura indireta e reforçam os contornos de um ambiente cada vez mais complexo para o exercício do jornalismo.

Diante deste cenário, o desafio da imprensa brasileira para reconquistar a confiança da população é imenso. A estas estratégias, será necessário responder com mais jornalismo, e com mais jornalismo de qualidade, fortalecendo a independência e o pluralismo no país.

O Brasil ocupa a 107ª posição no [Ranking Mundial da Liberdade de Imprensa 2020](#) da RSF.

Emmanuel Colombié

Diretor América Latina da Repórteres sem Fronteiras – RSF

Artigo UNESCO

A importância do jornalismo no atual momento

A liberdade de expressão e de imprensa é um marco fundamental das sociedades democráticas, que se tornam fortalecidas pela informação, pelo debate e pelo intercâmbio de ideias. Diante das grandes transformações atuais, o jornalismo se torna ainda mais necessário, uma vez que fornece aos cidadãos as informações de que precisam para tomar decisões fundamentadas sobre suas vidas e suas sociedades. Entretanto, nos últimos anos, os ataques e a violência contra jornalistas têm aumentado, principalmente nas atividades de cobertura jornalística de eventos de protesto.

Com o objetivo de fornecer evidências abrangentes e com base em dados sobre as tendências globais e regionais referentes à liberdade de mídia, ao pluralismo e à independência, assim como promover a segurança de jornalistas, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), agência-líder do Sistema das Nações Unidas com um mandato relativo à liberdade de expressão e de imprensa, publicou o relatório [“Segurança de jornalistas em cobertura de protestos: preservação da liberdade de imprensa em tempos turbulentos”](#), que faz parte da série da UNESCO a respeito das Tendências Mundiais em Liberdade de Expressão e Desenvolvimento da Mídia.

Por meio de uma base documental confiável fornecida por parceiros, escritórios de campo da UNESCO e Estados-membros, e com a triangulação de relatórios da imprensa, o estudo examina os protestos e as questões de segurança de jornalistas entre janeiro de 2015 e junho de 2020. Ao longo desse período, foram identificados 125 casos de ataques ou prisões de jornalistas que cobriam protestos. Entre eles, 15 aconteceram em 2015; 16 em 2016; 21 em 2017; 20 em 2018; 32 em 2019; e 21 apenas no primeiro trimestre de 2020, o que indica uma tendência de aumento no número de agressões a jornalistas na cobertura de protestos.

Segundo a pesquisa, a maioria dos ataques no mundo foi cometida por forças policiais e de segurança, sendo que determinadas autoridades governamentais censuraram ou fecharam canais de notícias da mídia impressa, de radiodifusão e online, ou bloquearam sites da internet, assim como o envio de mensagens por celular. Em certos casos, autoridades também determinaram que fossem colocados dispositivos de rastreamento nos computadores dos jornalistas, enquanto outras os submeteram a procedimentos de vigilância física ou eletrônica, ou ambas. Para lidar com alguns desses desafios, a UNESCO e seus parceiros acreditam na importância do

treinamento para policiais que lidam com jornalistas em protestos, com o objetivo de ajudá-los a compreender e respeitar a contribuição da mídia para a democracia, assim como o direito humano fundamental à liberdade de expressão e de imprensa.

Nesse sentido, o estudo destacou como um exemplo de boas práticas a atuação do Ministério Público de São Paulo (MPSP) após relatos de agressões à imprensa durante protestos. O MPSP enviou recomendações ao comando da Polícia Militar, com o objetivo de regular a atuação dos policiais militares diante de profissionais da imprensa e comunicadores em geral, para que sua atuação seja voltada para a proteção desses profissionais. As recomendações preconizavam, ainda, a responsabilização administrativa, por ação ou omissão, em casos de agressões ou atos violentos contra profissionais da mídia e comunicadores em geral, bem como a adoção de atividades de treinamento contínuo de tropas quanto à intangibilidade dos profissionais de imprensa em manifestações.

A UNESCO também criou o Observatório de Jornalistas Assassinados, uma base de dados online sobre o estado de evolução das investigações de cada morte de jornalista ou profissional de mídia

listada pela Organização desde 1993, com base nas informações fornecidas pelo país no qual a morte ocorreu. Os dados mostram que, desde 2015, pelo menos 10 jornalistas foram mortos em todo o mundo durante a cobertura de eventos de protesto. A diretora-geral da UNESCO, Audrey Azoulay, denunciou essas mortes e pediu à comunidade internacional e a todas as autoridades relevantes que garantam os direitos fundamentais desses profissionais, que exercem um papel essencial em reportar e informar o público sobre as manifestações.

A UNESCO, que tem a liberdade de expressão consagrada em sua Constituição, reforça a importância do jornalismo no atual momento e pede atenção especial à dimensão do risco enfrentado pelos profissionais que exercem o papel essencial de disseminar informações fundamentais para o desenvolvimento das democracias e para o alcance da paz ao redor do mundo.

Marlova Jovchelovitch Noletto
Diretora e representante da UNESCO no Brasil



CASOS DE
VIOLÊNCIA

2020



ASSASSINATOS

12 de fevereiro – O jornalista brasileiro Léo Veras foi executado por pistoleiros, na cidade paraguaia de Pedro Juan Caballero, que faz fronteira com Ponta Porã (MS). Dono do site policial Ponta Porã News, Veras chegou a ser ameaçado algumas vezes pelas denúncias que publicava sobre o tráfico de drogas e contra autoridades policiais locais. Dez suspeitos foram presos pelas polícias brasileira e paraguaia, entre eles, três brasileiros.



ATENTADOS

22 de abril – Um carro de reportagem da TV Tropical, emissora de Barão de Grajaú (MA), foi alvo de disparos, enquanto a equipe fazia imagens de uma rua esburacada da cidade. O repórter Joilson Leandro, que trabalhava no momento do atentado, não ficou ferido. Um homem não identificado, numa motocicleta, foi o autor dos disparos.

28 de abril – O radialista Fábio Márcio foi alvo de um atentado a tiros em Piritiba, no nordeste da Bahia. O carro que o apresentador da rádio Aymoré FM dirigia foi atingido por uma bala que atravessou o teto. Apesar de não ter recebido ameaças antes do episódio, a polícia suspeita que o atentado tenha sido uma resposta à cobertura de notícias locais.

23 de julho – O apresentador do programa da Record News, Alex Mendes Braga, sofreu um atentado, após deixar a sede da emissora, em Manaus (AM). Cinco homens jogaram o carro em que estavam contra o veículo do profissional e, em seguida, esmurraram o comunicador. Braga costuma denunciar casos de corrupção e, por precaução, anda sempre em automóveis blindados. Os agressores ainda o ameaçaram de morte.

12 de dezembro – O apresentador Marco Antônio Ferreira, o “Marco Serelepe”, da rádio Nova Brasil, teve o carro incendiado dentro da garagem de casa, em Araçatuba (SP). Cerca de um mês antes do atentado, Ferreira recebeu várias mensagens ameaçadoras pelo WhatsApp. Os autores seriam eleitores inconformados com críticas feitas a um candidato local às eleições. Ferreira também foi alvo de ataques virtuais por parte de DJs da cidade, insatisfeitos com as denúncias sobre festas clandestinas realizadas em meio à pandemia de COVID-19.



SEQUESTRO

26 de outubro – O jornalista Romano dos Anjos foi rendido por três homens não identificados, dentro de casa, em Boa Vista (RR), enquanto jantava com a mulher. Os sequestradores usaram o carro da vítima na fuga. Horas depois, o veículo foi localizado às margens da BR-174, totalmente destruído por um incêndio. Na manhã seguinte, o jornalista foi encontrado por uma pessoa que passava pela periferia rural da cidade. Estava com os pés e mãos amarrados e tinha um braço fraturado. Dos Anjos é apresentador da TV Imperial, afiliada da TV Record, e cobre assuntos relacionados à política e crimes.



AGRESSÕES

7 de janeiro – O repórter fotográfico do site Ponte Jornalismo, Daniel Arroyo, foi agredido durante manifestação contra o aumento da tarifa de ônibus e trens em São Paulo. Ele recebeu um golpe de cassetete no momento em que policiais empurravam manifestantes e jornalistas para fora da estação Trianon-Masp.

10 de janeiro – O repórter fotográfico Daniel Teixeira, do jornal O Estado de São Paulo, foi agredido com um cassetete nas costelas e nas costas, enquanto cobria a segunda manifestação popular contra o aumento da tarifa do transporte público, em São Paulo. As agressões ocorreram mesmo depois de o profissional se identificar e mostrar a câmera aos policiais militares. Um repórter fotográfico freelancer também ficou ferido, após ser atingido por uma bomba de gás nas costas.

29 de janeiro – O repórter freelancer Willian Júlio foi agredido por um dos agentes de segurança do presídio de Araxá (MG), enquanto acompanhava uma tentativa de fuga de presos. Após uma discussão na área externa da penitenciária, o agente agrediu o repórter com um soco na boca e com um golpe de imobilização conhecido como “gravata”. O equipamento de trabalho de Willian também foi danificado.

1º de março – A repórter fotográfica Rafaela Custódio, do portal Engeplus, foi agredida por um torcedor, que tentou tirar o celular das mãos da profissional, enquanto cobria uma partida entre Criciúma e Brusque, no Estádio Heriberto Hülse, em Florianópolis (SC). O homem, que é membro do Conselho Deliberativo do Criciúma, tentou impedir a jornalista de registrar a ação de outro torcedor que arremessou um chinelo no campo. Ele tentou tomar o celular da profissional e, para isso, puxou Custódio com violência.

3 de abril – O cinegrafista Albenir Sousa, da Rede Amazônica no Amapá (AP), foi agredido por um homem quando o repórter William Amanajás se preparava para entrar ao vivo. A equipe estava próxima à Casa do Artesão, na orla de Macapá, quando o agressor chegou de moto, parou próximo a Sousa e ligou uma caixa de som, atrapalhando o trabalho jornalístico. Ao ouvir o pedido para diminuir o volume, o homem agrediu o cinegrafista com o capacete e destruiu a câmera.

10 de abril – Uma mulher não identificada arrancou o microfone das mãos do repórter Renato Peters, da TV Globo, durante boletim sobre a superlotação de um hospital em São Paulo (SP) por causa da pandemia do novo coronavírus. Ao invadir a transmissão ao vivo, que acabou sendo interrompida, a mulher gritava que “a Globo é um lixo” e “Bolsonaro tem razão”.

19 de abril – O repórter Jefferson Botega e o fotógrafo Fábio Schaffner, do Grupo RBS, foram agredidos com tapas por manifestantes durante um ato em favor do governo e contra o STF e Congresso Nacional, em frente ao Comando Militar do Sul, em Porto Alegre (RS).

21 de abril – O cinegrafista Julinei Ribeiro, da TV Brasil Oeste (TBO), em Cuiabá (MT), foi agredido por um homem em frente ao Hospital Universitário Júlio Müller, durante matéria sobre o balanço dos casos de COVID-19. Uma outra pessoa partiu para cima do repórter Jean Borsatti, tentando tirar o microfone que ele tinha na mão, mas desistiu da agressão física após perceber que o ato estava sendo gravado. Os agressores xingaram e intimidaram a equipe por acreditarem que a matéria criticava o governo.



AGRESSÕES

2 de maio – O cinegrafista Robson Silva, da RIC TV, afiliada da TV Record no Paraná, foi agredido por um manifestante que protestava em frente ao prédio da Polícia Federal, em Curitiba (PR), durante o depoimento do ex-ministro da Justiça, Sérgio Moro, sobre a suposta interferência do presidente Jair Bolsonaro nas decisões da corporação. O agressor não foi identificado.

3 de maio – Profissionais da imprensa foram agredidos em ato de apoio ao governo Bolsonaro, na frente do Palácio do Planalto, em Brasília (DF). O fotógrafo Dida Sampaio, do Estadão, o motorista da equipe, Marcos Pereira, o repórter da Folha de S.Paulo, Fabio Pupo, o jornalista do Poder 360, Nivaldo Carboni, e o repórter fotográfico do site Os Divergentes, Orlando Brito, levaram chutes e socos dos manifestantes. Os profissionais precisaram de escolta policial para sair da área de cobertura.

5 de maio – O repórter cinematográfico Pablo Silva, da TV Clube, afiliada da TV Globo em Teresina (PI), foi agredido enquanto gravava imagens de uma fiscalização do cumprimento do decreto da quarentena no comércio da cidade. Dois homens e uma mulher que estavam no local bateram na câmera e deram tapas no profissional.

17 de maio – A repórter Clarissa Oliveira, da Band News TV, foi agredida por uma manifestante enquanto esperava para entrar ao vivo com informações sobre um ato em apoio ao governo Bolsonaro, em Brasília (DF). A mulher bateu com o mastro da bandeira do Brasil na cabeça da jornalista. A agressora ainda circulava pelo local chamando os profissionais da imprensa de “lixo”.

20 de maio – O cinegrafista Robson Panzera, da TV Integração, afiliada da TV Globo em Barbacena (MG), foi agredido por um homem identificado como empresário, enquanto fazia uma reportagem sobre o surto do novo coronavírus entre militares. Além de desferir socos e pontapés, o homem atacou Panzera com o tripé da câmera usado pela equipe. Panzera teve o dedo da mão fraturado pelo agressor, além de ter o equipamento completamente destruído.

4 de junho – O jornalista Danilo Cesar, da TV Globo do Recife, foi empurrado por um homem enquanto fazia uma reportagem em Cabo de Santo Agostinho (PE). Durante a agressão, um grupo xingou a emissora e gravou a cena.

10 de junho – A repórter Marina Araújo, da TV Globo, foi feita refém por um homem que invadiu a sede da emissora, no Jardim Botânico, no Rio de Janeiro (RJ). Ele portava uma faca e só libertou a jornalista após ter o pedido para ver a apresentadora Renata Vasconcellos, atendido.

14 de junho – O repórter Luís Adorno, do portal UOL, foi empurrado por um policial militar, enquanto cobria uma manifestação realizada na Avenida Paulista, em São Paulo. O jornalista gravava um princípio de tumulto entre policiais e três jovens identificados como neonazistas, quando houve a agressão. Com o empurrão, o aparelho celular de Adorno caiu no chão e foi danificado. Ao questionar o comportamento do PM e pedir a identificação dele, o comunicador foi xingado pelo agente.

16 de junho – A repórter do jornal Folha de S.Paulo, Júlia Chaib, teve o celular arrancado das mãos pelo governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha. A jornalista fazia uma entrevista exclusiva com Ibaneis, que ficou irritado ao ser questionado sobre a postura do presidente Jair Bolsonaro diante da pandemia do novo coronavírus, e interrompeu a conversa. Ibaneis também exigiu que o conteúdo gravado fosse apagado. Depois de uma intervenção dos assessores, o governador pediu desculpas à repórter e retomou a entrevista.

18 de junho – Dois profissionais do jornal Em Questão, de Alegrete (RS), foram agredidos e detidos por policiais militares durante uma reportagem. O repórter Alex Stanrlei acompanhava uma ocorrência de furto de animais em uma propriedade do Exército e, ao chegar à delegacia, foi impedido de fazer registros. Ele teve o celular apreendido, levou chutes e foi algemado. Stanrlei comunicou o fato ao diretor da empresa, Paulo de Tarso Ferreira, que, ao chegar na delegacia e gravar imagens de Stanrlei, também teve o celular apreendido, levou um golpe pelas costas e foi derrubado.

21 de junho – O repórter da rádio Jovem Pan, Leonardo Martins, foi agredido enquanto cobria um ato pró-governo na Avenida Paulista, em São Paulo. Durante a manifestação, Martins parou para filmar uma discussão que envolvia uma mulher que, de dentro de um carro, xingou os apoiadores do presidente. Ao perceber que a cena estava sendo gravada, um homem se aproximou do jornalista e deu uma peitada no profissional. O agressor também tentou pegar o celular de Martins.

21 de junho – A repórter Bruna Marques e o fotógrafo Paulo Francis, do jornal Campo Grande News, foram agredidos por um comerciante em Campo Grande (MS). A equipe conversava com um consumidor que havia saído do mercado do agressor quando foi abordada pelo homem, que exigia a saída dos profissionais da área. Diante da negativa, os comunicadores levaram tapas do comerciante.

30 de junho – O repórter Vinícius Rangel e o repórter cinematográfico Diego Gama, da TV Vitória, afiliada da TV Globo em Vitória (ES), foram empurrados e impedidos de trabalhar durante uma manifestação em apoio ao governo federal e ao então ministro da Justiça, Sérgio Moro. A equipe fazia imagens em cima de um trio elétrico quando foi agredida e informada de que “não era bem vinda” na área.

16 de setembro – O repórter cinematográfico da Cascavel TV Educativa (Catve), Sérgio Bogoni, foi agredido enquanto registrava imagens de um acidente de trânsito em Toledo (PR). Na ação, o autor da agressão, filho de um dos motoristas envolvidos na batida, arremessou o celular do profissional no chão.

25 de setembro – A repórter Julie Alves e o cinegrafista Vangelis Floyd, da Rede CNT, foram agredidos enquanto registravam imagens de um lixão próximo a um posto de saúde da Baixada Fluminense, no Rio de Janeiro. Ao perceber a filmagem, um dos diretores da unidade médica abordou os profissionais, xingando a repórter de “macaca” e o cinegrafista de “gordo”. A ação foi gravada pela equipe e, indignado com a situação, o diretor bateu na mão da repórter na tentativa de retirar o microfone. Ele também chutou Floyd, que tentou proteger a colega de trabalho das agressões físicas.

29 de setembro – Um funcionário da Caixa Econômica Federal em Pernambuco tentou interromper a transmissão ao vivo da TV Tribuna, afiliada da Band no estado. Simone Santos, repórter da emissora, entrevistava pessoas que aguardavam atendimento no lado de fora da agência, quando foi empurrada pelo funcionário. O agressor alegava que ela não podia fazer matéria naquele local. Simone disse que estava em área pública e continuou o trabalho, sendo aplaudida pelos que esperavam na fila do banco.



AGRESSÕES

2 de outubro – Um cinegrafista do SBT foi agredido por agentes penitenciários durante reportagem no presídio Ary Franco, no Rio de Janeiro. Quando perceberam que ele registrava imagens do local, os agentes deram socos no rosto e no pescoço do profissional, que também foi ameaçado verbalmente.

14 de outubro – O produtor do programa Observatório, da Rádio 96 FM, de Anápolis (GO), Weber Witt, levou uma cotovelada do então candidato a prefeito da cidade, Valeriano Abreu (PSL). O candidato participava de uma entrevista com outros políticos e se irritou ao ser questionado se teria competência para gerir Anápolis, já que, no passado, teria tido problemas como síndico de um prédio.

17 de outubro – Uma equipe de reportagem da TV Liberal, no Pará, foi agredida enquanto realizava uma cobertura dentro de uma igreja evangélica. Após um forte vendaval em Belém, os repórteres Nathália Kahwage e Wanderley Prestes registravam os estragos em uma comunidade, quando foram convidados por moradores a filmar o destelhamento do local. Depois de serem mantidos em cárcere privado no templo, os funcionários da emissora foram empurrados. O grupo responsável pela ação tentou tomar a câmera do cinegrafista e o ameaçou de morte, caso as imagens fossem divulgadas.

20 de outubro – Os jornalistas Felipe Medeiros e William Kermes, da Rede Amazônica, foram agredidos por um funcionário do senador licenciado Chico Rodrigues (DEM-RR). Eles tentavam fazer imagens na porta da casa do político, em Boa Vista (RR), quando foram atingidos por cuspes.

21 de outubro – O jornalista José Airton Alves Júnior foi agredido com chutes e pontapés por dois homens que invadiram a casa dele, na cidade de Itarema (CE). Os agressores foram identificados como José Edson Rios Filho, marido de uma autoridade local, e Dion Veras, conhecido da família da autoridade. Diretor do portal Santana/Itarema, José Airton foi também ameaçado de morte. O jornalista havia se manifestado sobre possíveis questões éticas envolvendo a mulher de Rios Filho, que é funcionária e irmã do prefeito de Itarema.

28 de outubro – Jornalistas de vários veículos foram empurrados por agentes de segurança do vice-governador do Amazonas, Carlos Almeida Filho (sem partido), durante coletiva sobre as denúncias que envolviam o político no escândalo de superfaturamento na compra de respiradores para pacientes com COVID-19. Após ler um pronunciamento, ele encerrou a coletiva sem permitir perguntas. Ao tentar questionar Carlos Almeida sobre a apuração da Polícia Federal no caso, a jornalista Rosiene Carvalho, que tem um blog e presta serviços para a Band News e para o Portal Uol, teve o braço segurado por um sargento da PM. Na confusão, Jullie Pereira, do Portal Amazonas Atual, foi arranhada pela mesma pessoa, identificada pela imprensa de Manaus como Michele Welche Silva Lobo. Relato semelhante foi feito por Cynthia Blink, da Rádio Mix e do Portal O Amazonês. Já o repórter fotográfico Adriano Santos, do Portal Manaós, foi empurrado e impedido de filmar a policial.

29 de outubro – O repórter da TV Integração, Arcênio Corrêa, foi agredido por um homem que se identificou como médico, enquanto entrevistava funcionários de um posto de saúde em Prata, no Triângulo Mineiro (MG). O agressor tentou tomar o celular do jornalista e a câmera do repórter cinematográfico Stanley Matias. Em seguida, um outro homem agarrou Corrêa pelo pescoço e tentou enforcá-lo. O repórter precisou ser ajudado por outras pessoas para se livrar das agressões.

2 de novembro – Uma equipe de jornalismo da TV NSC, afiliada da TV Globo em Santa Catarina, foi agredida enquanto fazia reportagem sobre fiscalização na Praia do Campeche, em Florianópolis. A repórter Bárbara Barbosa e o repórter cinematográfico Renato Soder foram cercados por banhistas que descumpriam decretos de restrição por causa da pandemia do novo coronavírus e avançaram sobre a câmera e o celular dos profissionais. Bárbara conseguiu recuperar o aparelho, mas teve arranhões nos braços.

13 de novembro – O jornalista Marcos Guedes, da TV Record, foi agredido pelo policial militar e então candidato a vereador, Cabo Amaral, na cidade de Valinhos (SP). O profissional apurava denúncias de informações falsas quando foi cercado por um grupo e espancado pelo político e por apoiadores. Guedes foi levado ao hospital, com ferimentos na cabeça, nos olhos e na boca.

15 de novembro – O repórter Daniel Martins, da Rádio Agudo, foi agredido por um eleitor enquanto acompanhava o resultado das eleições para prefeito e vereador do município gaúcho de mesmo nome.

15 de novembro – O então candidato a prefeito de Natal (RN), Sérgio Leocádio (PSL), agrediu a equipe do Jornal Tribuna do Norte durante a cobertura das eleições municipais. O repórter Ícaro Carvalho tentou entrevistar o político, que agarrou o aparelho celular do profissional e acusou a imprensa de favorecer opositores. Leocádio também proibiu o fotógrafo Magnus Nascimento de registrar a entrevista e tentou puxar a máscara de proteção que Nascimento usava contra o coronavírus.

15 de novembro – O repórter Arthur Stabile, do site Ponte Jornalismo, foi atingido por spray de pimenta disparado por guardas civis de Diadema, no ABC Paulista (SP). Ele cobria um ato no Jardim Piraporinha, em protesto pelo assassinato de um jovem por um policial militar. A agressão ocorreu mesmo após a identificação do profissional aos agentes de segurança.

19 de novembro – O jornalista Daniel Penna Firme, do SBT no Rio de Janeiro, foi agredido enquanto fazia uma reportagem, ao vivo, sobre um acidente de carro nas proximidades do estádio Maracanã. Firme foi atacado pelo motorista do veículo, visivelmente alterado.

18 de dezembro – O repórter cinematográfico da TV Record, Anderson Santos da Rocha, foi agredido por populares enquanto cobria o assassinato de uma menina na cidade de Hortolândia (SP). O profissional levou socos na cabeça e precisou ser encaminhado a um hospital. O carro da emissora também foi danificado.

23 de dezembro – Os jornalistas Carlos Mello, do Jornal da Economia, e Marcelo Roque, do Portal São Roque Notícias, foram agredidos durante a cobertura de um acidente de trânsito em São Roque, no interior de São Paulo. Mello foi ferido no braço pelo motorista de um dos veículos envolvidos na batida e teve a camiseta rasgada. Já Roque foi impedido por um sargento aposentado de continuar a transmissão, ao vivo, para o portal.



AMEAÇAS

27 de fevereiro – A então apresentadora do SBT, Rachel Sheherazade, denunciou, por meio do Twitter, as ameaças de morte que recebeu desde que criticou o então candidato à presidência, Jair Bolsonaro, em 2018, ainda no episódio da greve dos caminhoneiros. Ao se solidarizar com colegas de profissão que também foram alvos de ataques da mesma natureza, ela ressaltou que todos os ataques “partem do mesmo escritório virtual do crime, já denunciado na CPI das Fake News”.

16 de maio – Uma equipe do jornal O Liberal foi ameaçada de agressão por feirantes de Belém (PA), que não cumpriam o lockdown decretado pelo governador do Pará, Helder Barbalho (MDB).

20 de maio – O repórter do site Diário de Ribeirão Pires (SP), Rafael Ventura, foi ameaçado de morte no Facebook, após a publicação de reportagens sobre um acidente de trânsito envolvendo uma autoridade pública local e sobre o descumprimento do uso de máscaras por populares em ambientes públicos da cidade.

7 de junho – O jornalista esportivo do portal UOL, Adriano Wilkson, foi alvo de mensagens intimidatórias e ofensivas por parte do vereador paulistano Camilo Cristófarro (PSB), após reportagem que apontava a ligação entre o político e um torcedor do Palmeiras, envolvido em uma briga de torcidas. Além das grosserias e ofensas enviadas por WhatsApp, o político ameaçou o repórter de começar uma campanha de assédio online.

23 de agosto – O presidente Jair Bolsonaro ameaçou um repórter do jornal O Globo, em frente à Catedral de Brasília (DF), após ser questionado sobre cheques de Fabrício Queiroz endereçados à primeira-dama Michelle Bolsonaro, no valor de R\$ 89 mil. Primeiramente, Bolsonaro disse que não responderia às perguntas. Depois, ao ser indagado novamente, o presidente se dirigiu ao jornalista e disse: “minha vontade é eu encher a tua boca de porrada, tá? Seu safado”.

29 de setembro – O repórter Pedro Zambarda, do Diário do Centro do Mundo (DCM), foi ameaçado de morte após publicação de reportagem sobre supostas ameaças de Leonardo Antonio Corona Ramos, ex-assessor do deputado estadual Conte Lopes (PP-SP), contra a jornalista Patrícia Lélis. “Esse vai ser o último aviso que eu vou dar. Apaguem a matéria envolvendo meu nome. Porque se não a próxima matéria vai ser de quantos tiros vocês levaram”, diz a mensagem.

13 de outubro – Uma equipe do jornal O Liberal foi ameaçada de morte por um mototaxista, em Belém (PA). O homem conduzia uma mulher com duas crianças no colo, sem capacete e sem máscara e, ao perceber que estava sendo filmado, além das ameaças, atirou o capacete contra o carro da reportagem.

19 de outubro – Os jornalistas Ana Thaís Matos, da Band, Carlos Cereto e Rodrigo Capelo, do SporTV, e Marília Ruiz, da Band e UOL Esporte, receberam ligações e mensagens com ameaças e xingamentos após criticarem a contratação pelo Santos do jogador Robinho, condenado pela justiça italiana pelo crime de estupro. O contrato do time com o jogador acabou sendo cancelado.

1º de novembro – O jornalista Marcelo Cosme, da Globo News, foi ameaçado de morte em uma mensagem de aplicativo. O homem, identificado apenas como Wagner, dizia que, caso o profissional continuasse na TV, seria morto. Cosme também foi alvo de ofensas homofóbicas, racistas e xenofóbicas.

1º de dezembro – Uma equipe da rádio Eldorado foi ameaçada, enquanto noticiava, ao vivo, o assalto a uma agência bancária de Criciúma (SC). Em ligações telefônicas, homens não identificados avisaram que a emissora seria invadida e explodida porque a “rádio estaria passando muitas informações” sobre a ação dos criminosos. Com as ameaças, a transmissão do noticiário foi interrompida.



INTIMIDAÇÕES

10 de janeiro – O repórter Arthur Stabile, da Ponte Jornalismo, e o repórter fotográfico Lucas Martins, dos Jornalistas Livres, registravam uma abordagem da PM a manifestantes que protestavam contra o aumento da tarifa dos transportes públicos, no centro de São Paulo (SP), quando policiais anunciaram que iriam revistar os jornalistas. Os policiais questionaram se havia algum ilícito na mochila, se eles eram usuários de drogas, e se tinham algum problema com a Justiça. Recolheram os RGs dos profissionais para consulta no sistema online da polícia, e os devolveram depois de alguns minutos. Outros dois repórteres fotográficos, Paulo Guereta, da Agência Photo Premium, e o freelancer Rogério de Santis, também tiveram que apresentar os documentos aos PMs, quando registravam a abordagem aos jornalistas.

16 de janeiro – O presidente Jair Bolsonaro se recusou a responder a questionamentos feitos por um repórter da Folha de S.Paulo sobre a permanência no cargo do então chefe da Secretaria Especial de Comunicação Social da Presidência, Fabio Wajngarten, e mandou o jornalista se calar sobre o assunto. Ao criticar o jornal sobre matéria divulgada em 2018, que revelou uma assessora fantasma em seu gabinete quando ainda era deputado federal, Bolsonaro disse também que a “Folha de S.Paulo não tem crédito para acusar ninguém, não tem credibilidade. Lamentavelmente uma péssima imprensa o que faz a Folha de S.Paulo”.

20 de fevereiro – Em mensagem transmitida pelo YouTube, o presidente Jair Bolsonaro pediu aos empresários para não publicarem seus balanços nos grandes jornais. “Empresário, faço um apelo a você, humildemente eu peço. Faça seu balancete em jornais menores que esses jornais que têm por aí. Você vai gastar menos e vai ajudar a chegar uma informação verdadeira ao cidadão brasileiro, que é atacado o tempo todo, é uma carga de mentira o tempo todo”, disse ele.

27 de fevereiro – Em transmissão pelo canal que tem no YouTube, o presidente Jair Bolsonaro atacou a imprensa e pediu a empresários para não anunciar nas empresas que criticam seu governo: “... Que esses jornais, essas revistas, revista Época, jornal Folha de S.Paulo, não anuncie lá, que um jornal que só mente, o tempo todo trabalha contra o governo. E se o governo der errado, toda a economia do Brasil vai sofrer. Você não pode dar dinheiro para uma mídia que mente o tempo todo”, afirmou.

31 de março – Na saída do Palácio do Planalto, em Brasília (DF), após o presidente Jair Bolsonaro ser questionado sobre o fato de o então ministro da Saúde, Henrique Mandetta, ter dado orientações contrárias ao que ele defendia publicamente, um apoiador começou a gritar que a imprensa “colocava o povo contra o presidente”. Xingados pelos apoiadores, os jornalistas abandonaram a cobertura.

5 de abril – Manifestantes protestaram na frente da sede da TV Globo, em Brasília, contra matérias veiculadas pela emissora sobre o uso da cloroquina no tratamento da COVID-19 e contra decisão do governo local de fechar o comércio da cidade, durante a pandemia do novo coronavírus. Além de estacionarem os carros, impedindo o acesso ao prédio, os manifestantes fizeram um buzinação e gritaram palavras de ordem contra a emissora.

13 de abril – Uma mulher não identificada invadiu a participação ao vivo do repórter Paulo Mário Martins, da TV Globo, sobre a morte do músico Moraes Moreira, no Rio de Janeiro (RJ). A mulher se aproximou da câmera e gritou seguidamente: “Globo lixo”.

14 de abril – A repórter Mariana Aldana, da TV Globo, teve o trabalho jornalístico interrompido durante transmissão ao vivo sobre o atendimento à população em uma agência da Caixa Econômica Federal de Francisco Morato, na Grande São Paulo (SP). Ao perceberem a presença da equipe, dois homens saíram da fila e se dirigiram à repórter aos gritos de “Globo lixo”.

20 de abril – Em entrevista coletiva em frente ao Palácio da Alvorada, em Brasília, o presidente Jair Bolsonaro atacou a imprensa e disse que não responderia ao jornal Folha de S.Paulo. Bolsonaro

também respondeu que não queria “papo” com a Rede Globo. “Você é da Folha, não quero responder pra Folha”... “Não quero papo com a Globo também. Globo nem devia estar aqui. Nem devia estar aqui”, disse ele.

30 de abril – Em entrevista em frente ao Palácio da Alvorada, em Brasília, o presidente Jair Bolsonaro ameaçou cortar verbas e não renovar a concessão da TV Globo. “Essa imprensa lixo, porcaria! Não vou dar dinheiro para vocês, Globo, não tem dinheiro pra vocês em 2022. Não é ameaça não”.

14 de maio – Tapumes de uma obra na Avenida Alfredo Balena, em Belo Horizonte (MG), amanheceram pichados com os dizeres: “Jornalista bom é jornalista morto” e “Colabore com a limpeza do Brasil, mate um jornalista, um artista, comunista por dia”. Os autores das intimidações à imprensa não foram identificados.

15 de maio – Em entrevista coletiva em frente ao Palácio da Alvorada, em Brasília, o presidente Jair Bolsonaro reclamou da imprensa e hostilizou um dos repórteres ali presentes. “Vou acabar a entrevista! Não vem com palhaçada aqui, é palhaçada o que você está fazendo. Não vem com palhaçada não. Acabou a entrevista”.

26 de maio – O jornalista William Bonner, da TV Globo, recebeu mensagens de WhatsApp, com dados fiscais sigilosos dele e da família. A campanha de intimidação começou uma semana antes, quando o CPF do filho do jornalista foi usado por um fraudador que inscreveu o jovem no programa de auxílio emergencial do governo a pessoas vulneráveis que perderam renda durante a pandemia do novo coronavírus.

27 de maio – A repórter Julliana Lopes, da CNN Brasil, foi interrompida durante uma transmissão, ao vivo, por um popular, na entrada do Palácio da Alvorada, em Brasília. A jornalista falava sobre a decisão do ministro do STF, Alexandre de Moraes, de determinar o depoimento do então ministro da Educação, Abraham Weintraub, quando um homem, aos gritos de “Abraham Weintraub tem razão”, foi até a grade de contenção afirmando que a imprensa mentia ao dizer que jornalistas estavam inseguros no local.



INTIMIDAÇÕES

2 de junho – A repórter fotográfica Gabriela Biró, do jornal O Estado de São Paulo, teve os dados pessoais vazados em redes sociais por um apoiador do presidente Jair Bolsonaro. A profissional teve expostos dados como números de RG e CPF, além do endereço e do telefone. As intimidações ocorreram depois que Gabriela acompanhou uma ação da Polícia Federal na casa da ativista Sara Giromini, que havia sido intimada a depor no inquérito das fake news.

5 de junho – Ao ser questionado sobre o atraso na divulgação de dados do novo coronavírus no Brasil, o presidente Jair Bolsonaro afirmou que “acabou matéria no Jornal Nacional”. Durante coletiva, na frente do Palácio da Alvorada, em Brasília, Bolsonaro criticou o jornalismo da Rede Globo e insinuou que falta seriedade na cobertura da emissora, por ele chamada de “TV Funerária”.

15 de junho – O ministro da Justiça, André Luiz Mendonça, pediu a abertura de inquérito para investigar, com base na Lei de Segurança Nacional, charge reproduzida pelo jornalista Ricardo Noblat que associa o presidente Jair Bolsonaro ao nazismo. Na charge de Renato Aroeira, publicada no site 247, Bolsonaro tem um pincel e um balde de tinta preta nas mãos e pinta as pontas de uma cruz vermelha, numa referência à saúde, transformando-a numa suástica, símbolo do regime nazista.

17 de junho – O deputado estadual do Rio de Janeiro Mauro Bernardo (PROS) publicou um vídeo em que grita e chama de “mentirosa” a jornalista Renata Cristiane de Oliveira, do portal RC24H. O parlamentar, policial militar aposentado, não gostou de ver a publicação de matéria em que é apontado como nome indicado do então governador Wilson Witzel (PSC) à prefeitura de Cabo Frio (RJ).

21 de junho – Um repórter da rádio Jovem Pan teve a entrevista interrompida por um grupo de apoiadores do governo, que gritavam frases intimidatórias, durante manifestação na Esplanada dos Ministérios, em Brasília. Um dos manifestantes chegou a fotografar o crachá de identificação do jornalista, para “saber o nome dele”.

23 de julho – O jornalista Eduardo Silva, do SBT, foi impedido de fazer imagens na rua onde ocorreu um acidente de trânsito, em Rio Grande (RS). Um homem envolvido na batida, visivelmente alterado, também xingou e ofendeu o comunicador.

21 de agosto – O colunista da Folha de S.Paulo, Hélio Schwartzman, foi intimado a depor na Polícia Federal, após pedido do ministro da Justiça, André Luiz Mendonça, de instauração de inquérito, com base na Lei de Segurança Nacional, para apurar conteúdo do artigo “Por que quero que Bolsonaro morra”, veiculado em 7 de julho. No artigo, o colunista defende que a morte de Bolsonaro, que havia contraído a COVID-19, era menos danosa para o Brasil do que a continuidade de seu governo.

31 de agosto – Funcionários da Prefeitura do Rio de Janeiro, de plantão na porta de hospitais e unidades de saúde, tentaram impedir a cobertura da imprensa sobre a situação da COVID-19 e o depoimento de usuários do sistema público de saúde. A atuação dos cerca de 300 funcionários, conhecidos por “Guardiões do Crivella”, era organizada por grupos de mensagens e consistia em interromper entrevistas, intimidando os jornalistas com gritos e ameaças.

17 de setembro – A repórter Nadia Lopes e o cinegrafista Sidmar Nielsen, da TV Band Maringá (PR), foram intimidados por grevistas do transporte público municipal, durante cobertura da paralisação. Nadia conversava com um representante da empresa concessionada, quando a equipe foi cercada por um grupo que ameaçou e ofendeu os dois profissionais. A ação foi gravada por Nielsen.

18 de setembro – Um profissional da Rede Peperi, de São Miguel do Oeste (SC), foi intimidado pelo funcionário de uma obra, enquanto fazia imagens do socorro a uma vítima de acidente de trabalho. O homem tentou impedir a gravação, colocando-se em frente à câmera.

6 de novembro – O senador Flávio Bolsonaro (Republicanos-RJ) protocolou notícia-crime contra os apresentadores da TV Globo, William Bonner e Renata Vasconcellos, sob a alegação de que os jornalistas teriam descumprido ordem judicial ao divulgar informações sobre as investigações do caso das “rachadinhas”, vinculado ao gabinete de Bolsonaro, quando ele era deputado estadual.



OFENSAS

6 de janeiro – Na entrada do Palácio da Alvorada, em Brasília (DF), o presidente Jair Bolsonaro afirmou que os meios de comunicação do Brasil publicam desinformação e que os jornalistas seriam uma “espécie em extinção. Acho que vou botar os jornalistas do Brasil vinculados ao Ibama. Vocês são uma raça em extinção”. Bolsonaro ainda acusou a Folha de S.Paulo de divulgar mentiras. Ele comentava reportagem publicada pelo portal UOL, sobre possível uso de recursos públicos durante sua campanha de deputado federal, em 2014.

16 de janeiro – Em entrevista na frente do Palácio da Alvorada, em Brasília, o presidente Jair Bolsonaro disse que “a Folha de S.Paulo não tem crédito pra acusar ninguém, não tem credibilidade. Lamentavelmente, uma péssima imprensa que faz a Folha de S.Paulo. Questionado sobre denúncias na Secretaria de Comunicação da Presidência da República, Bolsonaro respondeu à repórter da Folha: “Você tá falando da tua mãe?”

16 de janeiro – Em discurso no Palácio do Planalto, em Brasília, durante solenidade de passagem de comando da Operação Acolhida, o presidente Jair Bolsonaro atacou a imprensa ao criticar o livro “Tormenta: O governo Bolsonaro: crises, intrigas e segredos”, da jornalista Thaís Oyama. “A nossa imprensa tem medo da verdade. Deturpam o tempo todo. Mentem descaradamente. Trabalham contra a democracia, como o livro dessa japonesa que eu não sei o que faz no Brasil”. Thaís é brasileira.

6 de fevereiro – Em entrevista na porta do Palácio da Alvorada, em Brasília, o presidente Jair Bolsonaro disse que não responderia às perguntas dos jornalistas e criticou a atuação da imprensa: “O tempo todo desgastando, desgastando, desgastando, pancada, deturpando. E muitas vezes nem deturpam mais, mentem descaradamente”. E continuou: “Eu só pedi uma coisa a vocês da imprensa: fale a verdade, pô! Fale a verdade, porra! Só isso e mais nada”.

8 de fevereiro – O presidente Jair Bolsonaro reclamou da repercussão negativa provocada por sua declaração de que “pessoas com HIV são uma despesa para todo o Brasil”. Ele encerrou a entrevista, na saída do Palácio da Alvorada, em Brasília, dando uma “banana” (gesto feito com os braços) para os jornalistas. Segundo ele, a imprensa “só faz fofocas”.

11 de fevereiro – A repórter da Folha de S.Paulo Patrícia Campos Mello foi insultada pelo ex-funcionário de uma agência de disparos de mensagens em massa por WhatsApp, Hans Nascimento, durante depoimento à CPML das Fake News, na Câmara dos Deputados, em Brasília. Nascimento acusou a repórter de oferecer sexo em troca de informações. Os ataques aconteceram após publicação de reportagem sobre o uso fraudulento de nomes e CPFs para permitir o disparo de mensagens. “Quando eu cheguei na Folha de S.Paulo, quando ela [repórter] escutou a negativa, o distrato que eu dei e deixei claro que não fazia parte do meu interesse, a pessoa quer um determinado tipo de matéria a troca de sexo, que não era a minha intenção, que a minha intenção era ser ouvido a respeito do meu livro, entendeu?”, disse Hans no Congresso.

13 de fevereiro – Em entrevista na porta do Palácio da Alvorada, em Brasília, o presidente Jair Bolsonaro se recusou a responder às perguntas dos jornalistas e se dirigiu ao repórter do jornal Valor Econômico: “cara chato pra caramba. Qual tua imprensa? Qual tua imprensa?”

15 de fevereiro – Questionado sobre a decisão de reduzir a biblioteca do Palácio do Planalto para dar lugar a um gabinete para a primeira-dama, Michelle Bolsonaro, o presidente Jair Bolsonaro respondeu que a imprensa só se preocupa com besteira e quem criticasse o trabalho voluntário da primeira-dama merecia “outra banana”. Em seguida, fez o gesto com os braços.

18 de fevereiro – O presidente Jair Bolsonaro fez insinuações de cunho sexual contra a jornalista Patrícia Campos Mello, da Folha de S.Paulo, durante entrevista na frente do Palácio da Alvorada, em Brasília. “Ela queria um furo. Ela queria dar o furo a qualquer preço contra

mim”, disse o presidente. A declaração foi uma referência ao depoimento de Hans Nascimento, ex-funcionário de uma agência de disparos de mensagens em massa por WhatsApp, na CPML das Fake News. No depoimento, Nascimento deu informações falsas e insultou Patrícia, uma das autoras da reportagem sobre o uso fraudulento de nomes e CPFs para permitir o disparo de mensagens.

19 de fevereiro – A repórter do site Topmilianews, Rayani Santa Cruz, foi xingada pelo deputado federal Loester Trutis (PSL-MS), após publicar uma reportagem apontando contradições entre uma publicação do parlamentar e um pronunciamento na Câmara dos Deputados, em Brasília, sobre um atentado que teria sofrido. O político acusou a jornalista de “deturpar os fatos” e fez comentários misóginos e machistas sobre a atuação da comunicadora. E insinuou: “tem outra jornalista tentando dar o furo”.

21 de fevereiro – A repórter da RIC TV Londrina, afiliada da TV Record no Paraná, Daniela Calsavara, foi xingada de “mentirosa” e “desavergonhada” pelo deputado federal Emerson Petriv (PROS-PR). A jornalista cobria um protesto de pais e mães de alunos da rede municipal de Ibi- porã, quando foi abordada pelo parlamentar.

26 de fevereiro – A colunista do Jornal O Estado de S. Paulo e apresentadora da TV Cultura, Vera Magalhães, foi alvo de insultos em suas contas nas redes sociais após publicar que o presidente Jair Bolsonaro havia compartilhado um vídeo de apoio ao ato marcado para 15 de março a seu favor e contra o Congresso. Pelo Twitter, a deputada federal Alê Silva (PSL-MG) publicou, em resposta a Vera: “E aí, a senhora também está louca para dar... furo”.

27 de fevereiro – Os jornalistas Guilherme Amado, da Revista Época, e Vera Magalhães, do jornal O Estado de São Paulo, foram xingados pelo presidente Jair Bolsonaro durante live semanal. Amado foi tratado como “esse bocó da mídia aqui”, que escreve “besteiras”. Para Vera, Bolsonaro disse: “não sou da sua laia”, e afirmou que a jornalista fez um trabalho porco ao afirmar que um conselheiro do presidente convocou protestos contra o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal.



OFENSAS

4 de março – Na saída do Palácio da Alvorada, em Brasília, o humorista Márvio Lúcio, o “Carioca”, fez uma paródia do presidente Jair Bolsonaro e ofereceu bananas à imprensa, instigando os populares presentes a ofender os jornalistas.

5 de março – Na porta do Palácio da Alvorada, em Brasília, o presidente Jair Bolsonaro disse que a imprensa deturpa a verdade e xingou o jornal Folha de S. Paulo de “lixo”. As ofensas foram repetidas durante live na conta oficial no YouTube.

16 de março – Durante entrevista à Rádio Bandeirantes, o presidente Jair Bolsonaro atacou a imprensa em geral, e xingou o jornal Folha de S. Paulo, após ser questionado sobre o prazo dado ao ministro da Economia, Paulo Guedes, para aprovar as reformas econômicas do governo. “Imprensa mentirosa. Em especial Folha de S. Paulo, um lixo de imprensa”, afirmou.

26 de março – Durante entrevista na porta do Palácio da Alvorada, em Brasília, ao ser questionado por um repórter do jornal Folha de S. Paulo sobre o resultado do exame que detecta o novo coronavírus, o presidente Jair Bolsonaro respondeu: “Pra que você quer saber? Você dorme comigo? Pelo amor de Deus, pô”. A afirmação de Bolsonaro incitou a reação de apoiadores que xingaram a imprensa.

27 de março – Em conversa com populares na porta do Palácio da Alvorada, em Brasília, o presidente Jair Bolsonaro ofendeu a imprensa: “Tem uma coisa pior que coronavírus, sabe o que é? Mídia vírus!”. E continuou: “Qual o remédio para o mídia vírus? Desligar a televisão”.

28 de março – Durante coletiva sobre o novo coronavírus, o então ministro da Saúde, Henrique Mandetta, declarou que o trabalho da imprensa é “eventualmente sórdido”. “Desliguem um pouco a televisão. Às vezes ela é tóxica demais. Publicam o óbito, nunca vai ter que as pessoas estão sorrindo na rua” disse. No dia seguinte, Mandetta se desculpou pela declaração.

29 de março – Em entrevista na porta do Palácio da Alvorada, em Brasília, o presidente Jair Bolsonaro disse que a imprensa distorce a verdade e criticou o vazamento de informações pelos veículos de comunicação. “De acordo

com as pessoas que eu recebo em audiência aqui, um cara na ponta da linha, um Noblat da vida, esses gênios que têm aí, um tal de Amado aí, umas figuras do pântano”.

30 de março – Em entrevista em frente ao Palácio da Alvorada, em Brasília, o presidente Jair Bolsonaro atacou o jornal Folha de S. Paulo, após matéria que classificou como “passeio” o giro que ele fez por vários pontos de Brasília no dia anterior, contrariando orientação do então ministro da Saúde, Henrique Mandetta, de isolamento social, para evitar o crescimento do contágio do novo coronavírus. “Folha de S. Paulo, não fui passear não. Uma imprensa que não tem caráter não podia agir de outra maneira”, disse ele.

2 de abril – Uma mulher ofendeu a imprensa na frente do Palácio da Alvorada, em Brasília, enquanto o presidente Jair Bolsonaro parou para falar com populares que cobravam medidas para combater a crise econômica provocada pela pandemia do novo coronavírus. Ao se identificar como professora desempregada, a mulher pede que Bolsonaro acabe com o isolamento social e que a rotina seja retomada. “A imprensa acaba com a vida do povo. Eles não passam necessidade, estão aí só pra falar mentira”, disse a mulher, bastante exaltada.

3 de abril – Após participar de uma oração feita por populares, na frente do Palácio da Alvorada, em Brasília, o presidente Jair Bolsonaro apontou para os jornalistas que estavam presentes e chamou a imprensa de “urubu”. “Eu não cheguei aqui, pelo milagre da facada, e a eleição também, para perder para esses urubus aí”, disse.

7 de abril – O repórter Marcelo Cosme, da Globo News, foi ofendido por um homem não identificado, enquanto caminhava pela orla da Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro (RJ). Aos gritos de “hipócrita”, “seu merda, seu lixo” e “você e aquele bando de petista que trabalha junto com você”, o homem ainda ameaçou o repórter, dizendo que “todo dia que eu te ver (sic) na praia, eu vou te escrachar”.

17 de abril – O repórter Plínio Almeida, da TV Cabo Branco, afiliada da Rede Globo em João Pessoa (PB), foi xingado enquanto fazia uma entrevista ao vivo. Ao passar pelo jornalista, o homem ainda gritou: “Globo lixo”.

19 de abril – O repórter Carlos Holanda e o repórter cinematográfico Aurélio Alves, do jornal O Povo, foram xingados enquanto cobriam uma carreata pelo fim do isolamento social, em Fortaleza (CE).

19 de abril – Jornalistas da TV Globo e da CNN foram xingados e hostilizados por manifestantes, em frente ao QG do Exército, em Brasília, enquanto acompanhavam a carreata pelo fim do isolamento social. Os manifestantes pediam a intervenção militar e a volta do AI-5.

22 de abril – O presidente Jair Bolsonaro chamou a imprensa de “canalha” ao falar com apoiadores sobre lotéricas, na porta do Palácio da Alvorada, em Brasília. “Toda vez que eu falo em lotérica, essa imprensa canalha diz que eu estou fazendo pelo meu parente. Não tem nada a ver com isso”, disse, em alusão ao irmão, que é dono de um estabelecimento do tipo.

29 de abril – Em entrevista na frente do Palácio da Alvorada, em Brasília, ao ser questionado sobre o respeito às medidas restritivas de combate ao novo coronavírus, o presidente Jair Bolsonaro atacou a imprensa. “A Globo não tem moral. Você é um mentiroso, a Globo é mentirosa”.

30 de abril – O presidente Jair Bolsonaro ofendeu a Rede Globo durante entrevista na porta do Palácio da Alvorada, em Brasília. “Essa imprensa lixo. Globo é lixo. Aliás, nem lixo, porque lixo é reciclado”. Ele respondia às críticas após repercussão negativa sobre o uso do “E daí?”, ao se referir às mais de 5 mil mortes de brasileiros por causa do novo coronavírus. A um repórter da Folha de S. Paulo, que tentou fazer uma pergunta, ele disse “não vou te responder. Tu é (sic) fake news”, encerrando a entrevista diante da insistência do jornalista.

3 de maio – Os repórteres Júlia Lindner e André Borges, do jornal O Estado de São Paulo foram xingados por apoiadores do presidente Jair Bolsonaro. Os profissionais cobriam uma manifestação em frente ao Palácio do Planalto, em Brasília, contra o Supremo Tribunal Federal.

5 de maio – O presidente Jair Bolsonaro xingou o jornal Folha de S. Paulo, instigando os populares que estavam na frente do Palácio da Alvorada, em Brasília, a ofender a imprensa. “Que empresa canalha é a Folha de S. Paulo, canalha é elogio.



OFENSAS

Vocês da mídia, grande parte, tenham vergonha na cara”, falou, ao criticar manchete do jornal que dizia que “novo diretor da PF assume e acata pedido de Bolsonaro”. Ao ser questionado por jornalistas se havia pedido a mudança na superintendência da Polícia Federal do RJ, Bolsonaro mandou os profissionais calarem a boca. “Cala a boca, não perguntei nada”, respondeu ao primeiro questionamento feito pela repórter de O Estado de S.Paulo. Em seguida, os populares gritaram “mídia porca, podre, que quer destruir o país, com comunismo e socialismo”.

9 de maio – O presidente Jair Bolsonaro postou vídeo no YouTube, xingando os jornalistas de “idiotas”.

11 de maio – Em vídeo postado no YouTube, o presidente Jair Bolsonaro criticou a imprensa pelas reportagens sobre o uso do cartão corporativo e disse que “grande parte da mídia é desmascarada”, “lixo” e que “mente 24 horas ao dia”.

11 de maio – Populares xingaram a imprensa, na saída do Palácio da Alvorada, em Brasília, após o presidente Jair Bolsonaro criticar matéria sobre o uso do cartão corporativo pelo governo. “Falta de caráter, de responsabilidade dessa imprensa aí”, disse ele. Em seguida, um dos apoiadores gritou: “Essa mídia suja fala que sua popularidade está caindo. Está mentindo!”.

22 de maio – Em entrevista coletiva concedida em frente ao Palácio da Alvorada, em Brasília, o presidente Jair Bolsonaro criticou a cobertura feita pela TV Globo durante a pandemia do novo coronavírus e chamou a emissora de “TV Funerária”. Bolsonaro também ofendeu a apresentadora Renata Vasconcellos, chamando-a de “freira arrependida”.

22 de maio – A apresentadora do programa Conexão Sociedade, Silvana Oliveira, foi agredida verbalmente pelo deputado estadual Marcell Moraes (PSDB), em Salvador (BA). O parlamentar xingou a jornalista de “bostética”.

25 de maio – Populares hostilizaram e xingaram os repórteres que dão plantão na porta do Palácio da Alvorada, em Brasília. Aos gritos de “escória, lixo, ratos, ratazanas” e “imprensa podre”, os manifestantes invadiram o local destinado aos jornalistas e tiveram que ser contidos por seguranças da presidência. Pela constante falta de

segurança no local, diversos grupos de comunicação decidiram encerrar temporariamente a cobertura na porta do Alvorada.

25 de maio – Um grupo de jornalistas foi xingado de “lixo” por populares que estavam em frente ao Ministério da Defesa, em Brasília, onde Bolsonaro almoçava com o general Fernando Azevedo e Silva.

28 de maio – Em entrevista na saída do Palácio da Alvorada, em Brasília, o presidente Jair Bolsonaro atacou a imprensa. “Parem de ser patifes para com o presidente da República. Rede Globo, pare de ser patifaria. Vocês estão atingindo não só a mim não, a toda a população brasileira”.

28 de maio – O presidente Jair Bolsonaro acusou a jornalista e colunista do portal Uol, Bianca Santana, de divulgar fake News. Durante live semanal, Bolsonaro insinuou que a profissional era mentirosa e deu como exemplo uma reportagem que não havia sido escrita por ela.

4 de junho – Em transmissão pelo canal no YouTube, o presidente Jair Bolsonaro disse que a imprensa “inventou o Gabinete do Ódio” e atacou o jornal Folha de S.Paulo. “Vocês acham que eu vou anunciar algum órgão do governo nesse lixo de jornal? Eu não compro tudo o que vocês anunciam, faço questão de não comprar! Eu espero que o povo brasileiro não compre também a Folha de S.Paulo, bem como os empresários não anunciem em jornais ou televisões que só têm crítica ao governo”.

11 de junho – Em transmissão pelo canal do YouTube, o presidente Jair Bolsonaro voltou a chamar a Globo de “TV Funeral” e disse para os jornalistas saírem do “cercadinho”, local onde a imprensa costuma esperar pelas entrevistas coletivas.

22 de julho – O repórter Eduardo Silva, do SBT-RS, foi xingado enquanto gravava uma reportagem sobre um acidente de trânsito em Rio Grande (RS). Um dos envolvidos na batida ofendeu o profissional perguntando: “tu é homem ou é bicha? O que tu é? Vai te f..., rapaz! Não quero saber se tu tá trabalhando”.

23 de julho – No YouTube, o presidente Jair Bolsonaro voltou a acusar a imprensa de mentir na cobertura de questões ambientais e de “não

ter caráter” ao publicar notícia sobre derrota do governo em votação no Congresso Nacional.

24 de agosto – Em discurso no Palácio do Planalto, em Brasília, o presidente Jair Bolsonaro chamou os jornalistas de “bundões”. “O pessoal da imprensa vai para o deboche, mas quando [a COVID] pega num bundão de vocês, a chance de sobreviver é menor”, afirmou.

26 de agosto – Em visita a Ipatinga (MG), o presidente Jair Bolsonaro xingou o repórter do jornal O Globo de “otário”, após questionamento sobre o repasse de R\$ 89 mil feito pelo policial militar aposentado, Fabrício Queiroz, à primeira-dama, Michelle Bolsonaro.

28 de outubro – Em conversa com populares em frente ao Palácio da Alvorada, em Brasília, o presidente Jair Bolsonaro chamou o portal O Antagonista de “bloguezinho vagabundo”.

5 de novembro – A jornalista Indhira Almeida foi chamada de mentirosa na propaganda eleitoral do então prefeito e candidato à reeleição, Herzem Gusmão (MDB), em Vitória da Conquista (BA). A comunicadora apresentava o programa partidário de um outro candidato.

10 de novembro – Em discurso na cerimônia de lançamento da retomada do turismo, no Palácio do Planalto, em Brasília, o presidente Jair Bolsonaro criticou a imprensa e chamou os jornalistas de “urubuzada”. “Tem que deixar de ser um país de maricas. Olha que prato cheio para a imprensa. Prato cheio para a urubuzada que está ali atrás”.

29 de novembro – Ao votar, no Rio de Janeiro, o presidente Jair Bolsonaro repetiu, em entrevista coletiva, que a imprensa mente. “Quando eu falei lá atrás, eu não falei gripezinha generalizando, não. Quem publicou, mentiu, porque não acha um áudio, um vídeo meu dizendo que eu falei que era uma gripezinha. Falei que era pra mim”.

9 de dezembro – O repórter dos jornais Extra e Globo, Rafael Soares, foi xingado de “mentiroso” pela então porta-voz da Polícia Militar no Rio de Janeiro, tenente-coronel Gabryela Dantas. As agressões foram feitas em vídeo divulgado no site oficial da corporação. Soares foi autor de uma matéria sobre o aumento no número de descarte de munição usada por policiais do 15º Batalhão da Polícia Militar, em Duque de Caxias. [



OFENSAS

16 de dezembro – Sem saber que o microfone estava ligado, durante coletiva para apresentação do plano de imunização contra o novo coronavírus, em Brasília, o secretário de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, Arnaldo Correia de Medeiros, ofendeu a repórter Valquíria Homero, do portal Poder 360, ao ter o nome anunciado para fazer a pergunta. “Aff, essa daí é chata, viu? Essa é um porre”, disse ele.

17 de dezembro – Pelo YouTube, o presidente Jair Bolsonaro disse que a imprensa só divulga notícia boa se for paga e que a TV Globo “está no nível do chorume” e que tem “canalhas” entre os jornalistas.

17 de dezembro – Durante live semanal, o presidente Jair Bolsonaro chamou o jornalista Ancelmo Góis de “bobalhão”. Bolsonaro também acusou o comunicador de escrever mentiras.

19 de dezembro – Pelo canal do YouTube do deputado federal Eduardo Bolsonaro (PSL-RJ), o presidente Jair Bolsonaro disse que a imprensa é “canalha”, que “não vale nada” e que por isso não recebe mais dinheiro do governo.

23 de dezembro – Durante visita a São Francisco do Sul, em Santa Catarina, o presidente Jair Bolsonaro disse a apoiadores que a imprensa é “lixo e só publica o que não presta”.

24 de dezembro – Pelo YouTube, o presidente Jair Bolsonaro chamou os jornais O Globo e o Estado de São Paulo de “nojentos”, a revista IstoÉ de “lixo”, a TV Globo de “TV Funerária” e a imprensa de “fábrica de fake news”.

31 de dezembro – O presidente Jair Bolsonaro agrediu verbalmente os jornalistas Thaís Oyama e Ricardo Noblat, durante live semanal, no YouTube, ao classificar os dois como uma “dupla de idiotas”, além de chamá-los de “bumbum” e “ânus”, respectivamente. Ele também atacou a imprensa em geral e o jornal Correio Braziliense em particular. “Essa mídia brasileira é uma vergonha! Se vocês fossem isentos, o Brasil estaria bem! Mas vocês são mentirosos, calhordas. Não vai ter mais grana pra vocês, de propaganda oficial do governo”, completou.



ATAQUES/VANDALISMO

20 de outubro – A rádio Aracurá FM, de Portel (PA), foi invadida durante a madrugada por vândalos que destruíram os equipamentos da emissora. Computadores, microfones e outros equipamentos foram inutilizados, e o lixo, espalhado pelo chão.

5 de novembro – A rádio BR-FM, de Alvorada do Sul (TO), foi alvo de um incêndio criminoso que destruiu aparelhos de ar-condicionado, transmissores, equipamentos em geral, além de parte da estrutura do prédio. Durante a madrugada, testemunhas viram um homem ateando fogo à emissora e fugindo em seguida.



CENSURA

9 de julho – O jornalista da Rádio Alternativa FM, Antônio Santana, foi impedido de continuar a transmissão ao vivo de entrevista do governador Helder Barbalho (MDB), em visita a Itaituba (PA), onde participou da inauguração do Hospital Regional do Tapajós. Santana foi retirado do local após insistir na pergunta a Barbalho sobre a entrega do hospital, sete anos depois da construção, com apenas 80% da capacidade.

18 de setembro – A equipe responsável pela segurança do presidente Jair Bolsonaro impediu o trabalho dos jornalistas da TV Centro América, afiliada da Globo em Mato Grosso. Durante visita a uma fazenda no município de Sorriso, ao reconhecer a repórter Mel Parizzi e o cinegrafista Idemar Marcatto, um dos seguranças chamou um major do Exército que estava no local e, sob ameaça de prisão, os dois jornalistas foram expulsos da fazenda. Equipes de reportagem de outros veículos de comunicação continuaram no local.

19 de fevereiro – O cinegrafista da TV Verdes Mares, Carlos Marlon, foi expulso do 18º Batalhão da Polícia Militar, em Fortaleza (CE), quando fazia imagens com um drone sobre a greve de PMs no Ceará. Já a repórter Rafaela Duarte e o cinegrafista Clécio Rodrigues, da TV Diário, foram impedidos de entrar na sede da corporação.



DETENÇÕES

7 de janeiro – A Polícia Militar de São Paulo prendeu o repórter fotográfico Rodrigo Zaim, do portal Vice, durante cobertura de uma manifestação contra o aumento do preço de passagens de ônibus na cidade. Mesmo com a identificação de imprensa, Zaim foi preso quando se abrigava da chuva dentro da estação de metrô Trianon-Masp. O profissional foi liberado no dia seguinte.

14 de fevereiro – O repórter Hugo Marques e o repórter fotográfico Cristiano Mariz, da revista VEJA, foram detidos por policiais militares da Bahia enquanto tentavam localizar o fazendeiro Leandro Abreu Guimarães, testemunha-chave para esclarecer as circunstâncias da morte do ex-capitão Adriano da Nóbrega. Os jornalistas tentavam entrevistar o fazendeiro, quando foram cercados por duas viaturas da Polícia Militar. Hugo e Mariz, que estavam dentro de um carro no momento da abordagem, se identificaram e exibiram as credenciais de imprensa. Ainda assim, os policiais, de armas em punho, determinaram que os dois saíssem do carro, levantassem as mãos e abrissem as pernas para serem revistados. Após a revista, a polícia apreendeu o gravador do jornalista, com diversas entrevistas feitas ao longo da semana sobre a operação que resultou na morte de Adriano da Nóbrega. Os jornalistas receberam a ordem de seguir as viaturas até o distrito policial de Pojuca. Na delegacia, o gravador foi devolvido e os jornalistas liberados após 20 minutos.



ROUBOS/FURTOS

1º de janeiro – A repórter da TV Globo, Susana Napolini, foi furtada enquanto fazia a cobertura do Réveillon de Copacabana, no Rio de Janeiro (RJ). A jornalista entrevistava três mulheres quando um homem puxou o cordão que ela usava no pescoço e saiu correndo.

23 de junho – A Rádio Cassino, da cidade de Rio Grande (RS), teve equipamentos furtados da torre de transmissão. Outros equipamentos foram danificados, o que deixou a emissora fora do ar por algumas horas.

27 de junho – A repórter da CNN Bruna Macedo foi assaltada, enquanto fazia uma entrada ao vivo, informando sobre a forte chuva na região da Ponte das Bandeiras, na zona norte de São Paulo (SP). O bandido usava uma faca e levou os dois celulares da jornalista.

8 de novembro – A sede da Associação Paulista de Imprensa (API) e do jornal Diário Popular foi invadida por criminosos que furtaram equipamentos, rasgaram documentos históricos e danificaram móveis. Computadores e equipamentos de edição do jornal também foram levados.

10 de novembro – A repórter da Record TV Litoral, Fernanda Burger, foi assaltada em frente ao Fórum de São Vicente (SP). Sob a mira de um revólver, a jornalista foi abordada por dois menores de idade que estavam em uma bicicleta, e obrigada a entregar o telefone celular e a aliança de casamento. Burger cobria um julgamento e, por causa da pandemia do novo coronavírus, acompanhava a audiência do lado de fora do fórum.



DECISÕES JUDICIAIS

6 de fevereiro – Com um mandado de busca e apreensão, um oficial de Justiça compareceu à redação do Correio Braziliense com o objetivo de impedir que fossem publicados trechos ou a íntegra da escuta feita com autorização judicial nos telefones dos irmãos Passos, acusados de grilagem de terra no Distrito Federal, em 2002. A determinação era que oficial de Justiça apreendesse todos os exemplares do jornal caso neles houvesse transcrição das fitas, já que a divulgação foi proibida pela Justiça e atendeu a pedido do então candidato Joaquim Roriz, falecido em 2018. Na ocasião, nenhuma fita com diálogos de Pedro Passos, integrantes do GDF, inclusive Joaquim Roriz, foi encontrada. A matéria foi publicada originalmente na edição de 24 de outubro de 2002 do Correio. A republicação faria parte do projeto Brasília Sexagenária, uma série especial que conta a história da capital por meio de reportagens e fotos marcantes.

25 de fevereiro – O Tribunal de Justiça de São Paulo condenou, solidariamente, o jornalista Luis Nassif e o Portal IG a indenizar o diretor da revista Veja, Eurípedes Alcântara, em R\$ 100 mil, por entender que houve ofensa à honra de Eurípedes numa série de artigos assinados por Nassif.

7 de abril – O Superior Tribunal de Justiça manteve a sentença que condenou o apresentador Danilo Gentili, o humorista Marcelo Mansfield e a Rede Bandeirantes ao pagamento de R\$ 80 mil em indenização a Michele Rafaela Maximino, doadora de leite materno que foi alvo de piadas durante o programa “Agora é tarde”.

26 de junho – O Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul derrubou liminar concedida à empresária Ana Paula Brocco, pela Comarca de Espumoso, que impedia a veiculação de matéria realizada pela RBS TV, afiliada da Rede Globo no estado e outros veículos de comunicação do grupo, citando o nome da autora da ação no recebimento irregular de auxílio de emergência.

5 de agosto – A 20ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Minas Gerais manteve condenação de primeira instância do colunista do Estado de Minas, Fred Melo Paiva, a pagar indenização no valor de R\$ 15 mil ao ex-senador José Perrella, pela publicação, no Twitter, do comentário: “Lá vai Perrella, sem um votinho, mas com 450 quilos de pasta base”. O comentário foi postado no momento em que Parrella votou a favor do impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff.

12 de agosto – A pedido da deputada Bia Kicis (PSL-RJ), a 21ª Vara Cível de Brasília determinou a retirada do ar ou a supressão da referência ao nome da parlamentar na reportagem da jornalista Helena Mader, da revista CrusoÉ, sobre as dificuldades do Congresso Nacional em aprovar a chamada PEC da Segunda Instância. A revista cobriu com uma tarja preta a única citação do nome da deputada na reportagem e recorreu da decisão.

21 de agosto – O juiz Roberto Chiminazzo Júnior, de Campinas (SP), concluiu que o comentarista Ricardo Sennes, da TV Cultura, é vítima de ação “destinada a intimidar e causar despesas e incômodos”. O economista foi alvo de mais de 60 processos movidos por colecionadores de armas e caçadores, em 35 cidades brasileiras, após comentários sobre a flexibilização das normas de posse de armamentos no Brasil, em 24 de abril. Na sentença, Chiminazzo condenou os autores por litigância de má-fé a pagar uma indenização de R\$ 1,5 mil ao comentarista da Cultura. Outro juiz, Daniel Borborema, de São Carlos (SP), afirmou que o objetivo dos colecionadores e caçadores “é constranger o réu, retaliar e desgastá-lo financeira e emocionalmente”.

30 de agosto – A 32ª Vara Cível do Rio de Janeiro, determinou a suspensão da publicação de uma série de reportagens do jornal GGN sobre contratos suspeitos do Banco BTG Pactual, assinada pelos jornalistas Luís Nassif e Patricia Faermann. Segundo a sentença, a publicação faz parte de uma “campanha desmoralizadora, para causar

dano à honra objetiva do banco”. A pena por descumprimento da decisão é o pagamento de multa diária de R\$ 10 mil.

4 de setembro – A 33ª Vara Cível do Rio de Janeiro proibiu o Grupo Globo de Comunicação de veicular documentos sigilosos da investigação sobre o esquema de “rachadinha” de salários dentro do gabinete do então deputado estadual Flávio Bolsonaro.

16 de setembro – A 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJ/RJ) negou recurso da TV Globo e manteve liminar que proíbe a emissora de exibir documentos da investigação sobre o caso da “rachadinha” no gabinete do então deputado estadual Flávio Bolsonaro. Além dele, outras 15 pessoas foram denunciadas pelo MP/RJ por crimes de organização criminosa, peculato e lavagem de dinheiro no escândalo da Alerj.

23 de setembro – A 4ª Vara Cível de São Paulo determinou que a revista IstoÉ pague indenização de R\$ 25 mil por danos morais causados ao escritor Olavo de Carvalho. Em 2019, a publicação estampou uma fotomontagem de Carvalho usando chapéu de bobo da corte, sob a legenda “O Imbecil”, numa referência ao livro de sua autoria, “O imbecil coletivo”. A decisão destaca que a revista abusou do direito da liberdade de imprensa. Ainda é possível recorrer da sentença.

30 de setembro – O apresentador José Luiz Datena e o Grupo Bandeirantes foram absolvidos em ação de dano moral movida por um empresário de Santos (SP). O âncora de jornalismo teria chamado Wilson Borlenghi de “covarde”, por ter se envolvido em um acidente fatal de trânsito, em 2017, e não ter prestado socorro às vítimas. Segundo a decisão da 4ª Vara Cível, o apresentador exerceu o direito de expressar opinião.

8 de outubro – A juíza Soraya Hassan Baz Lauer, da 1ª Vara Cível de Belo Horizonte (MG) determinou a retirada do ar da reportagem “O líder das



DECISÕES JUDICIAIS

falcatruas”, publicada pela revista IstoÉ, em 21 de agosto, com acusações contra o prefeito da cidade, Alexandre Kalil (PSD). A decisão ainda determina multa de R\$ 5 mil por dia de descumprimento, limitada a R\$ 100 mil. A reportagem relata supostas irregularidades em contratos da prefeitura, ligando Kalil ao que chama de “má gestão e falcatruas”, e cita problemas enfrentados em BH e críticas à gestão da pandemia de COVID-19. O texto menciona ainda um montante de R\$ 21 milhões acumulado em dívidas por “impostos, contribuições, multas e outros débitos” e diz que Kalil é acionado na Justiça em 113 ações para pagamento de dívidas.

10 de outubro – A 2ª turma do Superior Tribunal de Justiça concedeu ao jornal Folha de S. Paulo acesso à lista de entrada de corpos no Instituto Médico Legal (IML) e aos óbitos registrados em boletins de ocorrências policiais no estado. A decisão contraria determinação anterior do Tribunal de Justiça de São Paulo, que alegou risco à segurança e à privacidade de parentes de vítimas. Por unanimidade, o colegiado do STJ considerou que houve “inequívoca censura prévia”.

14 de outubro – A 3ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro anulou decisão de 1ª instância, do final de agosto, da 32ª Vara Cível, que censurou 11 reportagens assinadas pelos jornalistas Luis Nassif e Patricia Faermann, do portal GGN, sobre o banco BTG Pactual. A decisão anterior considerava as reportagens difamatórias, causadoras de dano à imagem e de possíveis prejuízos financeiros ao banco.

21 de outubro – A ministra do Supremo Tribunal Federal, Cármen Lúcia, anulou uma decisão da 4ª Turma Cível do Tribunal de Justiça de São Paulo, que determinou a remoção ou correção de uma reportagem publicada pelo jornal Estado de São Paulo, em 2011. À época, a matéria informou que o responsável pela subprefeitura da Penha (SP) em 2009, Cássio Freire Loschiavo, nomeou a esposa, Theodora Cristina Messor, como supervisora técnica da subprefeitura. Em 2018, Theodora solicitou a retirada da reportagem do ar e indenização por danos morais. A ministra apontou restrição à liberdade de imprensa e determinou que o TJ-SP realize um novo julgamento.

26 de outubro – A 4ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo manteve a decisão da 27ª Vara Cível de São Paulo, que condenou a TV Record e o apresentador Luiz Bacci, ao pagamento de R\$ 50 mil a um homem apontado como culpado em uma reportagem exibida pela emissora. Segundo a matéria, ele teria cometido violência sexual contra uma criança de dois anos, que faleceu. O apresentador o chamou de “monstro” e “padrasto cruel”, mas o laudo da necropsia apontou que a morte da criança foi decorrente de uma infecção pulmonar. Segundo a decisão, a reportagem excedeu o dever de informar, ofendendo a honra e a imagem do homem.

26 de outubro – O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Celso de Mello, invalidou acórdão da 3ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) em um processo de danos morais contra a TV Bandeirantes. A emissora havia sido condenada a indenizar uma ex-desembargadora do TRT-2 e a filha por noticiar confusão em blitz da Lei Seca, em 2012. Na ocasião, as mulheres se recusaram a fazer o teste do bafômetro e acusaram os policiais de agressão. Os policiais, por sua vez, afirmaram ter sofrido desacato. O ministro considerou a deliberação do STJ uma “censura estatal” e a determinação de pagamento de danos morais uma “clara transgressão” aos efeitos vinculantes da decisão proferida pelo STF na ADPF 130/DF, que derrubou a Lei de Imprensa em 2009.

27 de outubro – O Tribunal de Justiça de São Paulo condenou o jornalista Augusto Nunes a indenizar o então candidato à Prefeitura de São Paulo pelo PSOL, Guilherme Boulos, em R\$ 12 mil. No dia 16 de agosto, Nunes voltou a chamar o político de “gigolô de sem-teto”, declaração que já o levou a passar por condenação judicial anterior, estipulada em R\$ 19 mil. O TJ-SP negou o pedido de Boulos para censurar a gravação do comentário na página da rádio na internet, mas determinou a indenização, por considerar ofensiva e inadequada a expressão utilizada pelo jornalista. Nunes recorreu da decisão.

9 de novembro – A 76ª Vara Eleitoral do Maranhão, censurou reportagem da Folha de São Paulo, publicada na edição de 7 de novembro de

2020, que citava uma investigação envolvendo o então candidato a prefeito de São Luís (MA), Eduardo Braide. Segundo a decisão, o conteúdo é desabonador e “não está embasado em provas, apenas cita um documento do Ministério Público, mas não o apresenta nem informa onde pode ser consultado.”

27 de novembro – O Tribunal de Justiça de São Paulo, determinou a retirada do ar da reportagem “Criticada no trabalho por seu cabelo, Luanna foi condenada a indenizar empresa”, publicada pelo site Ponte Jornalismo, e “Ex-funcionária é condenada a pagar mais de R\$ 15 mil a empresa após denunciar racismo”, do site Alma Preta, sobre a condenação de Luanna Efigênia de Souza Teófilo a indenizar a empresa na qual trabalhava e a remover de suas redes sociais as denúncias de injúria racial. O portal Yahoo Notícias, que também publicou o caso, foi atingido pela mesma decisão.

4 de dezembro – A Vara Cível da Comarca de Brusque (SC) condenou o jornal Folha de S. Paulo e a repórter Patricia Campos Mello ao pagamento de indenização no valor de R\$ 100 mil para Luciano Hang, dono da rede de lojas Havan, pela publicação de reportagem que liga o empresário a disparos em massa de mensagens contrárias ao PT nas eleições de 2018.

11 de dezembro – O presidente Jair Bolsonaro foi condenado pelo Tribunal de Justiça de São Paulo a indenizar, em R\$ 10 mil, a jornalista e colunista do UOL, Bianca Santana. Ele acusou a comunicadora de produzir e divulgar notícias falsas. A acusação foi motivada por um texto de Bianca, publicado em novembro de 2019, sobre as relações de amigos e familiares do presidente com os acusados do assassinato da vereadora Marielle Franco (PSOL/RJ).

20 de dezembro – A 3ª Vara Cível de Florianópolis (SC) determinou a retirada da expressão “estupro culposo” do texto jornalístico do site The Intercept Brasil sobre a absolvição do acusado de estupro de Mariana Ferrer, em que o juiz e o promotor do caso acataram a tese da defesa de que não houve intenção do acusado de cometer o crime.

Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – ABERT

DIRETORIA-EXECUTIVA

Presidente

Flávio Lara Resende

Vice-Presidente

Roberto Cervo Melão

Diretor Geral

Cristiano Lobato Flores

ASSOCIAÇÕES ESTADUAIS

Associação Baiana de Empresas de Rádio e Televisão – **ABART**

Associação Catarinense de Emissoras de Rádio e Televisão – **ACAERT**

Associação Cearense de Emissoras de Rádio e Televisão – **ACERT**

Associação das Emissoras de Rádio e Televisão Estado do Rio de Janeiro – **AERJ**

Associação de Emissoras de Radiodifusão de Mato Grosso do Sul – **AERMS**

Associação das Emissoras de Radiodifusão do Paraná – **AERP**

Associação das Emissoras de Rádio e Televisão do Espírito Santo – **AERTES**

Associação das Emissoras de Rádio e Televisão do Estado do Tocantins – **AERTO**

Associação de Emissoras de Rádio e TV do Estado de São Paulo – **AESP**

Associação Gaúcha das Emissoras de Rádio e TV – **AGERT**

Associação Goiana das Emissoras de Rádio e Televisão – **AGOERT**

Associação Alagoana das Emissoras de Rádio, Televisão e Jornais Diários – **ALERT**

Associação Maranhense de Rádio e Televisão – **AMART**

Associação Amazonense de Emissoras de Rádio e Televisão – **AMERT**

Associação Mineira de Rádio e Televisão – **AMIRT**

Associação Paraense de Emissoras de Rádio e Televisão – **APERT**

Associação Potiguar de Emissoras de Rádio e Televisão – **APOERT**

Associação das Emissoras de Radiodifusão da Paraíba – **ASSERP**

Associação das Empresas de Radiodifusão de Pernambuco – **ASSERPE**

Associação dos Veículos de Comunicação do Distrito Federal – **AVEC**

Sindicato das Empresas de Rádio, Televisão, Jornais e Revistas do Estado de Sergipe – **SINERTEJ**

CONSELHO SUPERIOR 2020-2022

CÂMARA DE RÁDIO

Acácio Luiz Costa
Roberto Cervo Melão
Marcelo Soares
Emanuel Soares Carneiro
José Inácio Gennari Pizani
José Antônio do Nascimento Brito
Marcelo Carvalho
Marise Westphal Hartke
Orlando José Zovico
Paulo Machado de Carvalho Neto
Antônio Carlos Coutinho
Heloísa Helena de Moreira
Fernando Henrique Chagas
Michel Micheleto
Marcelo Bechara de Souza Hobaika
Carlos Rubens Doné
Rafael Pizani
Angela Moraes
Guilherme Augusto Machado
Mayrinck Pinto de Aguiar Júnior
Ricardo Zovico
Carlos Henrique Agustini
Edson Queiroz Neto
Rodrigo Neves

CÂMARA DE TELEVISÃO

Antônio Carlos Magalhães Júnior
Juliana dos Santos Noronha
Vicente Jorge Rodrigues
Jaime Câmara Júnior
Jaime Machado da Ponte Filho
João Monteiro de Barros Neto
José Roberto Maluf
Marcelo Rech
Otávio Dumit Gadret
Paulo Tonet Camargo
Roberto Dias Lima Franco
Flávio Ferreira de Lara Resende
Raimundo Farias Moreira
Marina Draib
Fernando Eugênio
Eduardo Carlos
Carlos Sanchez
Pe. William Betônio
João Carlos Paes Mendonça
Fernando Di Gênio
Carlos Amaral
Eduardo Boschetti
Tiago Ferraz de Moraes Coelho
Tiago Leal Resende

CONSELHO FISCAL

Silvimar Flávio Ramiro
Pedro Augusto França
Lucenir Noleto Monteiro
Valdirene Pedrosa
Cláudio Massetti Neto
Guliver Augusto Leão





Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão

Ed. Via Esplanada • SAF/SUL • Qd. 02 • Bl. D • Sala 101 • Asa Sul • Brasília-DF • CEP: 70070-600

Fone: (61) 2104-4600

www.abert.org.br